



Demonstrações Financeiras Intermediárias

31 de março de 2014

ÍNDICE

1 - BALANÇO PATRIMONIAL

2 - DRE

3 - DRA

4 - DMPL

5 - DVA

6 - DFC

7 - NOTAS EXPLICATIVAS

8 - COMENTÁRIO DE DESEMPENHO

9 - RELATÓRIO AUDITOR – REVISÃO ESPECIAL

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
BALANÇOS PATRIMONIAIS
Exercícios findos em 31 de março
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ATIVO	Notas	31/03/2014	31/12/2013
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	461.743	573.253
Contas a receber de clientes e outros	4	931.155	817.883
Títulos e valores mobiliários	5	5.744	22.094
Impostos e contribuições a recuperar	6	156.205	171.603
Estoques		11.939	12.462
Despesas pagas antecipadamente		21.052	13.494
Entidade de previdência privada		2.930	6.002
Serviços em curso	7	36.660	32.878
Outros ativos circulantes	9	182.687	48.328
TOTAL DO CIRCULANTE		1.810.115	1.697.997
NÃO CIRCULANTE			
Contas a receber de clientes e outros	4	78.629	85.999
Títulos e valores mobiliários	5	6.020	213
Impostos e contribuições a recuperar	6	65.546	69.742
Impostos e contribuições diferidos	8	299.145	288.852
Depósitos judiciais	10	210.564	203.955
Entidade de previdência privada		14.983	14.983
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	11	1.683.908	1.593.886
Outros ativos não circulantes	9	2.834	2.834
Outros investimentos		8.271	8.323
Intangível	12	3.735.339	3.666.472
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		6.105.239	5.935.259
ATIVO TOTAL		7.915.354	7.633.256

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
BALANÇOS PATRIMONIAIS
Exercícios findos em 31 de março
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	31/03/2014	31/12/2013
CIRCULANTE			
Fornecedores	13	605.671	464.292
Empréstimos e financiamentos	14	387.209	346.583
Debêntures	15	81.259	103.218
Salários e encargos a pagar	16	52.959	50.056
Taxas regulamentares	17	20.222	31.599
Impostos e contribuições a recolher	18	131.986	136.303
Dividendos e juros sobre capital próprio	19	114.160	114.778
Provisões	20	35.693	33.978
Outros passivos circulantes	21	483.887	385.448
TOTAL DO CIRCULANTE		1.913.046	1.666.255
NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	13	46.498	51.177
Empréstimos e financiamentos	14	2.905.740	2.977.995
Taxas regulamentares	17	15.180	2.736
Impostos e contribuições a recolher	18	14.384	15.860
Provisões	20	172.705	166.689
Obrigações de Benefícios Pós-Emprego		249.301	242.246
Recursos destinados a aumento de capital		2.402	2.402
Outros passivos não circulantes	21	14.634	15.607
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		3.420.844	3.474.712
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	22	542.163	542.163
Reservas de capital		698.050	698.050
Reservas de lucros		1.230.963	1.230.353
Outros resultados abrangentes		21.442	21.723
Lucros acumulados		88.846	-
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.581.464	2.492.289
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL		7.915.354	7.633.256

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
 DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DO RESULTADO
 Exercícios findos em 31 de março
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	31/03/2014	31/03/2013 (Reapresentado)
RECEITA LÍQUIDA	23	1.271.791	1.437.042
Custo do serviço	24	(984.277)	(963.231)
LUCRO BRUTO		287.514	473.811
Despesas com vendas	24	(81.486)	(90.648)
Despesas gerais e administrativas	24	(61.556)	(65.577)
LUCRO OPERACIONAL		144.472	317.586
Resultado financeiro		(42.252)	(43.505)
Receitas financeiras	25	292.324	98.504
Despesas financeiras	25	(334.576)	(142.009)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		102.220	274.081
Imposto de renda e contribuição social		(13.374)	(41.361)
Corrente		(46.080)	(95.989)
Diferido		14.320	6.492
Imposto de Renda - SUDENE		22.557	52.372
Amortização do benefício fiscal do ágio e reversão PMIPL		(4.171)	(4.236)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		88.846	232.720
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO:			
Ordinária		0,46	1,20
Preferencial A		0,46	1,20
Preferencial B		0,50	1,32

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u>
		<u>(Reapresentado)</u>
Lucro do exercício	88.846	232.720
Outros resultados abrangentes		
Resultado das Obrigações de Benefícios Pós-Emprego	(279)	34.752
Total de resultados abrangentes do exercício, líquido dos efeitos tributários	<u>88.567</u>	<u>267.472</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 Em milhares de reais

	Reserva de Capital				Reservas de Lucros				Outros Resultados Abrangentes	Outros Lucros (Prejuízos) Acumulados	Proposta de Distribuição de Dividendos adicional	Total do Patrimônio Líquido	
	Capital Social	Remuneração de Bens e Direitos Constituídos Com Capital Próprio	Reserva Especial de Ágio	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros	Reserva de Lucros a Realizar					Outras Reservas de Lucros
Saldos em 31 de dezembro de 2012 (Reapresentado)	542.163	18.569	339.052	340.429	651.802	108.433	39.266	48.065	875	(76.824)	-	3.391	2.015.221
Reversão de Dividendos/JSCP prescritos									168				168
Transações de Capital com os Sócios	168	.	.	.	168
Lucro Líquido do Exercício											232.720		232.720
Resultado das Obrigações de Benefícios Pós-Emprego										34.752			34.752
Resultado Abrangente	34.752	.	.	34.752
Saldos em 31 de março de 2013 (Reapresentado)	542.163	18.569	339.052	340.429	651.802	108.433	39.266	48.065	1.043	(42.072)	232.720	3.391	2.282.861
Saldos em 31 de dezembro de 2013	542.163	18.569	339.052	340.429	753.086	108.433	319.682	48.065	1.089	21.721	-	-	2.492.289
Reversão de Dividendos/JSCP prescritos									608				608
Transações de Capital com os Sócios	608	.	.	.	608
Lucro Líquido do Período											88.846		88.846
Resultado das Obrigações de Benefícios Pós-Emprego										(279)			(279)
Resultado Abrangente	(279)	.	.	(279)
Saldos em 31 de março de 2014	542.163	18.569	339.052	340.429	753.086	108.433	319.682	48.065	1.697	21.442	88.846	-	2.581.464

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
 DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DOS FLUXOS DE CAIXA
 Exercícios findos em 31 de março
 Em milhares de reais

	31/03/14	31/03/13
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		(Reapresentado)
Lucro do Período antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	102.220	274.080
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Amortização*	75.306	72.531
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais e outras receitas financeiras	90.374	68.353
Atualização Monetária Ativo Financeiro de Concessão	(32.317)	(14.140)
Perda com baixa do ativo intangível em curso	2.626	3.192
Provisão para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	7.416	8.891
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(7.964)	16.806
	237.661	429.713
(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS		
Contas a receber de clientes e outros	(97.938)	116.643
IR e CSLL a Recuperar	16.613	(21.701)
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL.	(243)	(6.874)
Estoques	523	1.281
Subvenções / Recursos CDE	-	(197.105)
Depósitos judiciais	(4.515)	(208)
Despesas pagas antecipadamente	(7.558)	(8.786)
Entidade de previdência privada	3.072	(13.440)
Outros ativos	(141.633)	(20.675)
	(231.679)	(150.865)
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS		
Fornecedores	136.700	115.397
Salários e encargos a pagar	2.903	5.565
Encargos de dívidas e swap pagos	(45.692)	(48.088)
Taxas regulamentares	458	(9.977)
Impostos e Contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	5.779	14.802
Imposto de renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) pagos	(31.871)	(28.794)
Indenizações/contingências pagas	(8.992)	(9.033)
Entidade de previdência privada	6.627	23.095
Outras passivos	97.469	10.878
	163.381	73.845
	169.363	352.693
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de intangível	(223.648)	(310.995)
Aplicação em títulos e valores mobiliários	(108.388)	(22.569)
Resgate de títulos e valores mobiliários	119.162	32.379
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(212.874)	(301.185)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Captação de empréstimos e financiamentos	4.250	9.730
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	(71.713)	(41.984)
Amortização do principal de debêntures	(23.217)	(100.543)
Obrigações vinculadas	22.688	9.155
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(7)	(10)
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(67.999)	(123.652)
	(111.510)	(72.144)
REDUÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa e equivalentes no início do período	573.253	252.479
Caixa e equivalentes no final do período	461.743	180.335
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	(111.510)	(72.144)

(*) Valor bruto, não deduzidos dos créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
 DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DO VALOR ADICIONADO
 Exercícios findos em 31 de março
 Em milhares de reais

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u> (Reapresentado)
RECEITAS		
Vendas brutas de energia, serviços e outros	1.719.407	1.923.620
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.175)	(18.223)
Resultado alienação/desativação bens e direitos	<u>(1.131)</u>	<u>(1.713)</u>
	1.715.101	1.903.684
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Energia elétrica comprada para revenda*	(655.418)	(546.395)
Encargos de uso da rede básica de transmissão*	(59.140)	(36.185)
Materiais, serviços de terceiros e outros*	<u>(316.729)</u>	<u>(430.220)</u>
	(1.031.287)	(1.012.800)
VALOR ADICIONADO BRUTO	683.814	890.884
Amortização*	(75.305)	(70.672)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	608.509	820.212
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	292.324	98.504
	<u>292.324</u>	<u>98.504</u>
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	900.833	918.716
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal		
Remunerações	33.808	32.439
Encargos sociais (exceto INSS)	11.593	8.428
Entidade de previdência privada	2.842	2.444
Auxílio alimentação	4.100	3.943
Convênio assistencial e outros benefícios	1.571	999
Despesas com desligamento	2.609	4.527
Férias e 13º salário	10.234	8.584
Plano de saúde	7.367	2.005
Indenizações trabalhistas	2.627	1.786
Participação no resultado	3.376	4.684
Administradores	694	615
Encerramento de ordem em curso	420	488
(-) Transferência para ordens	<u>(15.401)</u>	<u>(15.892)</u>
Subtotal	65.840	55.050
Impostos , Taxas e Contribuições		
INSS (sobre folha de pagamento)	8.626	7.982
ICMS	292.039	320.390
PIS/COFINS sobre faturamento	72.303	82.814
Imposto de renda e contribuição social	13.374	41.359
Obrigações intra-setoriais	19.529	31.097
Outros	4.147	4.077
Subtotal	410.018	487.719
Remuneração de Capitais de Terceiros		
Juros e variações cambiais	334.578	142.009
Aluguéis*	<u>1.551</u>	<u>1.218</u>
Subtotal	336.129	143.227
Remuneração de Capitais Próprios		
Lucro / Prejuízos	<u>88.846</u>	<u>232.720</u>
Subtotal	88.846	232.720
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUIDO	900.833	918.716

* Valor bruto, não deduzidos dos créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA (“COMPANHIA”), sociedade por ações de capital aberto, listada na Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (BOVESPA), controlada pela NEOENERGIA S/A (“NEOENERGIA”), é concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a projetar, construir e explorar os sistemas de sub-transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade, realizar operações de exportação e importação e praticar os demais atos necessários à consecução de seu objetivo, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, autarquia vinculada ao Ministério das Minas e Energia.

A sede da Companhia está localizada na Av. Edgard Santos, 300, Narandiba, Salvador – Bahia.

A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em 415 dos 417 municípios do Estado da Bahia abrangendo uma área de concessão de 563 mil km², outorgada pelo Decreto de 6 de agosto de 1997 e regulada pelo Contrato de Concessão n° 010, firmado em 8 de agosto de 1997 e aditivos, com vigência de 30 anos, até 7 de agosto de 2027.

Adicionalmente, pela atual regulamentação do setor elétrico, a Companhia vem atendendo consumidores livres no Estado da Bahia, desde 2002.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração da demonstração contábil intermediária em 14/05/2014, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL INTERMEDIÁRIA CONDENSADA

2.1. Declaração de conformidade

A demonstração contábil intermediária da Companhia relativa aos três meses findos em 31 de março de 2014 foi elaborada e está apresentada de acordo com CPC 21 – Demonstração Intermediária, que inclui as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e em conformidade com IAS 34 – Interim Financial Reporting.

2.2. Base de preparação

As demonstrações contábeis intermediárias contemplam os requerimentos mínimos de divulgação estabelecidos pelo CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias (IAS 34), bem como outras informações consideradas relevantes.

As práticas contábeis adotadas na preparação da demonstração contábil intermediária são as mesmas descritas na nota explicativa nº 02 das demonstrações financeiras auditadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e, portanto, devem ser lidas em conjunto, exceto quanto aos ajustes apresentados no item 2.3 abaixo.

Em março de 2014 o Governo Federal através do Ministério da Fazenda de Minas e Energia comunicou algumas medidas adotadas para o fortalecimento do setor elétrico nacional, as quais foram concluídas e formalizadas através do Decreto 8.221/14. Esse decreto criou a Conta - ACR a ser gerida pela CCEE, destinada a cobrir as despesas das distribuidoras, entre fev/14 e dez/14, decorrentes da exposição involuntária no mercado de curto prazo e custo adicional do despacho das termelétricas na modalidade CCEAR por disponibilidade, autorizando o aporte adicional do Tesouro da CDE à Conta - ACR. Decorrente destas alterações no setor as distribuidoras passaram a registrar um ativo financeiro conforme mencionado na nota explicativa nº 9.

2.3. Reapresentação dos valores correspondentes

Em consonância com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Financeiras, os valores correspondentes ao balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2013 e as informações contábeis relativas às demonstrações do resultado do exercício, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2013 estão sendo reapresentados, de forma a demonstrar os ajustes decorrentes dos seguintes assuntos:

- (a) Em 08 de março de 2013 foi publicado o Decreto nº 7.945, que alterou a estrutura tarifária e o subsídio da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE. Adicionalmente, em 2 de maio de 2013 a ANEEL publicou o Despacho nº 1.312 de 30 de abril de 2013, fixando os valores a serem repassadas às concessionárias de distribuição com recursos da CDE, referente ao trimestre findo em 31 de março de 2013. O acréscimo nos valores a serem repassados para a Companhia e os custos incorridos com compra de energia referentes ao primeiro trimestre foram, contudo, parcialmente reconhecidos no período de três meses findo em 30 de junho de 2013. Desse modo, está sendo reapresentado para atendimento das melhores práticas contábeis e normativas vigentes.
- (b) Correção de erro na apropriação de custos aos ativos vinculados à infraestrutura da concessão.

Em decorrência do processo de Revisão Tarifária Periódica, a Companhia realizou uma revisão dos custos não considerados pela ANEEL na determinação da Base de Remuneração Regulatória – BRR utilizada para fins de definição tarifária, visando validar a pertinência dos registros contábeis à luz das regras societárias.

Após essa revisão constatou-se que alguns gastos foram capitalizados como ativos sem terem aderência às disposições contidas no CPC 27 e CPC 04, que estabelecem os critérios de reconhecimento de ativo imobilizado e intangível, respectivamente. Em decorrência dessa revisão a Companhia procedeu aos ajustes retrospectivos dos registros contábeis indevidos, conforme dispõe o CPC 23 – Retificação de Erro.

Os ajustes decorrentes da correção dos erros identificados impactaram na reversão dos gastos capitalizados indevidamente no ativo financeiro e intangível, estorno da atualização monetária sobre o ativo financeiro e da amortização acumulada dos montantes classificados como ativo intangível, e no aumento das despesas nos períodos em que as mesmas incorreram, líquidos dos efeitos tributários e que foram ajustados contra lucros acumulados no balanço de abertura.

Em 2013 os registros contábeis para reconhecimento dos ativos estão em consonância com as referidas práticas contábeis e normas societárias.

(c) Correção de erro no reconhecimento do passivo atuarial.

Em 2013 foi realizada uma avaliação atuarial das obrigações atuariais da Companhia relativas ao plano de assistência médica e odontológica concedidos aos ex-funcionários aposentados, aos pensionistas e seus dependentes e identificou-se a necessidade de realizar o registro contábil de obrigações atuariais pré-existentes ao exercício de 2013 e não reconhecidas nas respectivas demonstrações contábeis, de acordo com as regras da Instrução CVM nº 695/12 e normas contábeis pretéritas.

Em decorrência do cálculo atuarial, a Companhia procedeu aos ajustes contábeis retrospectivos, em conformidade ao que dispõe o CPC 23 – Retificação de Erro. O resultado da avaliação foi reconhecido como passivo atuarial da Companhia, correspondente a R\$ 241.615 em 31/12/2013 (R\$ 356.974 em 31/12/2012 e R\$ 233.791 em 1/1/2012).

Os ajustes decorrentes da correção retrospectiva impactaram no reconhecimento do passivo atuarial de Benefício Pós-Emprego em 1º de janeiro de 2012. As variações decorrentes do redimensionamento do valor líquido do passivo estão reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes e os custos dos serviços corrente e/ou passado e juros líquidos estão reconhecidos no resultado dos exercícios de 2012 e 2013.

(d) Correção de erro no reconhecimento do diferencial de energia comercializada proveniente da Eletronuclear.

A Lei nº 12.111 de 09/12/2009 alterou a regulamentação referente à comercialização da energia proveniente da Eletronuclear e estabeleceu que o pagamento à Eletronuclear da receita decorrente da geração da energia de Angra 1 e 2 fosse rateado entre todas as distribuidoras.

A Resolução homologatória nº 1.406 de 21/12/2012 definiu os valores do diferencial a ser pago à Eletronuclear por cada distribuidora nos anos de 2013 a 2015 e estabeleceu a cobertura tarifária por meio de um componente financeiro a ser considerado nos processos tarifários. Esse custo de energia adicional foi reconhecido em 31/12/2012.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(e) Reclassificações de saldos contábeis para fins de melhor apresentação com as informações dos períodos anteriores comparativos.

- ✓ Reclassificação de PERDCOMP's pendentes de homologação de Impostos e contribuições a pagar Circulante para o Não Circulante.

A seguir estão apresentados os efeitos desses ajustes sobre os saldos divulgados em 31 de março de 2013:

Balancos patrimoniais de 31 de março de 2013.

ATIVO	Notas	31/03/2013	Plano de Saúde	Revisão Tarifária	Energia Eletro nuclear	CDE	Reclassificações para Melhor Apresentação	31/03/2013
		<u>Divulgado</u>						<u>(Reapresentado)</u>
CIRCULANTE								
Contas a receber de clientes e outros	(a)	870.903				15.689		886.592
Outros circulantes		646.724						646.724
CIRCULANTE		1.517.627	-	-	-	15.689	-	1.533.316
NÃO CIRCULANTE								
Impostos e contribuições diferidos		181.545	110.294	106.247	16.622	(4.325)		410.383
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	(b)	1.884.714		(198.151)				1.686.563
Outros ativos não circulantes		2.677						2.677
Outros investimentos		11.380						11.380
Intangível	(b)	3.323.305		(165.515)				3.157.790
Outros não circulantes		472.599						472.599
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		5.862.163	110.294	(257.418)	16.622	(4.325)	-	5.727.336
ATIVO TOTAL		7.379.790	110.294	(257.418)	16.622	11.364	-	7.260.652
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
		<u>Divulgado</u>						<u>(Reapresentado)</u>
CIRCULANTE								
Fornecedores	(a) / (c)	637.596			46.577	(13.781)		670.392
Impostos e contribuições a recolher	(a) / (b) / (c) / (d)	152.856	46.448	50.106	9.432	1.451	(9.436)	250.858
Outros circulantes		861.203						861.203
TOTAL DO CIRCULANTE		1.651.655	46.448	50.106	56.009	(12.330)	(9.436)	1.782.452
NÃO CIRCULANTE								
Impostos e contribuições a recolher		5.134					9.436	14.570
Obrigações com benefícios pós-emprego	(d)	1.803	328.009					329.812
Outros não circulantes		2.851.551						2.851.551
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		2.858.488	328.009	-	-	-	9.436	3.195.933
PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS								
PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
Reservas de lucros	(b) / (c) / (d)	1.410.237	(211.322)	(307.339)	(42.967)			848.609
Outros resultados abrangentes		4.570	(47.239)					(42.669)
Lucro (Prejuízo) Acumulado	(a) / (b) / (c) / (d)	211.235	(5.602)	(186)	3.581	23.694		232.722
Outros PL		1.243.605						1.243.605
Total do patrimônio líquido		2.869.646	(264.163)	(307.525)	(39.386)	23.694	-	2.282.266
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL		7.379.790	110.294	(257.419)	16.623	11.364	-	7.260.652

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
 Em 31 de março de 2014
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido referentes a 31 de março de 2013.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido							
Em 31/03/2013							
	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Lucros	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Proposta de Distribuição de Dividendos adicional	Total do Patrimônio Líquido
Saldo Publicado	542.163	698.050	1.410.237	4.570	211.235	3.391	2.869.646
CDE (a)					23.694		23.694
Revisão Tarifária (b)			(307.339)		(186)		(307.525)
Energia Eletro nuclear (c)			(42.967)		3.581		(39.386)
Plano de Saúde (d)			(211.322)	(47.239)	(5.602)		(264.163)
Total do Patrimônio Líquido Reapresentado	<u>542.163</u>	<u>698.050</u>	<u>848.609</u>	<u>(42.669)</u>	<u>232.722</u>	<u>3.391</u>	<u>2.282.266</u>

Demonstração do Resultado referente ao trimestre findo em 31 de março de 2013.

	Ref.	Demonstração do Resultado		
		31/03/2013		
		Publicado	Ajustes	Reapresentado
RECEITA LÍQUIDA		1.438.493	(1.451)	1.437.042
Custo do serviço	(a) / (b) / (c)	(998.795)	35.564	(963.231)
LUCRO BRUTO		439.698	34.113	473.811
Despesas com vendas		(92.073)		(92.073)
Despesas gerais e administrativas	(b)	(64.335)	183	(64.152)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		283.290	34.296	317.586
Resultado financeiro		(34.618)	(8.887)	(43.505)
Receita financeira	(b)	99.341	(837)	98.504
Despesa financeira	(b) / (d)	(133.959)	(8.050)	(142.009)
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS		248.672	25.409	274.081
Imposto de renda e contribuição social		(37.437)	(3.923)	(41.360)
Corrente		(95.989)		(95.989)
Diferido	(a) / (b) / (c) / (d)	10.416	(3.923)	6.493
Incentivo SUDENE		52.372		52.372
Amortização do ágio fiscal e reversão PMIPL		(4.236)		(4.236)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		<u>211.235</u>	<u>21.486</u>	<u>232.721</u>

Demonstração do Fluxo de Caixa referente ao trimestre findo em 31 de março de 2013.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
 Em 31 de março de 2014
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ref.	Demonstração do Fluxo de Caixa		
	31/03/2013		
	Publicado	Ajustes	Reapresentado
Caixa oriundo das atividades operacionais	352.641	52	352.693
Utilização de caixa em atividades de investimento	(301.133)	(52)	(301.185)
Utilização de caixa em atividades de financiamento	(123.652)	-	(123.652)
Redução no caixa e equivalentes de caixa	(72.144)	-	(72.144)
Caixa e equivalentes no início do período	252.479		252.479
Caixa e equivalentes no final do período	180.335		180.335
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	(72.144)	-	(72.144)

Demonstração do Valor Adicionado referente ao trimestre findo em 31 de março de 2013.

Ref.	Demonstração do Valor Adicionado		
	31/03/2013		
	Publicado	Ajustes	Reapresentado
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	885.232	33.484	918.716
Resultado alienação/desativação bens e direitos	(b) (471)	(1.242)	(1.713)
Energia elétrica comprada para revenda	(a) / (c) (580.098)	33.703	(546.395)
Amortização	(b) (72.532)	1.860	(70.672)
Receitas financeiras	(b) 99.341	(837)	98.504
Outros	1.438.992	-	1.438.992
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	885.232	33.484	918.716
Pessoal	(d) 56.475	(1.425)	55.050
PIS/COFINS sobre faturamento	(a) 81.363	1.451	82.814
Imposto de renda e contribuição social	(a) / (b) / (c) / (d) 37.437	3.922	41.359
Juros e variações cambiais	(d) 133.959	8.050	142.009
Lucro / Prejuízos	(a) / (b) / (c) / (d) 211.235	21.486	232.721
Outros	364.763	-	364.763

Os saldos a seguir referentes ao Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 2013 foram reclassificados para fins de comparação, conforme segue:

	2013		
	Divulgado	Reapresentado	Ref.
Ativo Circulante			
Outros ativos circulantes	42.267	48.328	(a)
Ativo Não Circulante			
Partes Relacionadas	310	-	(b)
Outros ativos não circulantes	2.524	2.834	(b)
Passivo Circulante			
Fornecedores	500.450	464.292	(c)
Outros passivos circulantes	343.135	385.448	(a) / (c) / (d)
Passivo Não Circulante			
Partes Relacionadas	94	-	(d)

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Em 31 de março de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- a) Devolução de Recursos CDE no montante de R\$ 6.061 de Outros Ativos Circulantes para Outros Passivos Circulantes;
- b) Fatura Cartão de Crédito no montante de R\$ 36.158 de Fornecedores para Outros Passivos Circulantes;
- c) Partes Relacionadas no montante de R\$ 310 para Outros Ativos Circulantes; e
- d) Partes Relacionadas no montante de R\$ 94 para Outros Passivos Circulantes.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/03/14</u>	<u>31/12/13</u>
Caixa e Depósitos bancários à vista	20.464	40.314
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	3.681	6.622
Fundos de investimento	<u>437.598</u>	<u>526.317</u>
	<u>461.743</u>	<u>573.253</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo ou de realização.

A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: operações compromissadas, títulos públicos, CDB's e cotas de fundos. Os valores aplicados são convertidos em cotas com atualização diária e o cálculo do saldo do cotista é feito multiplicando o número de cotas adquiridas pelo valor da cota no dia.

Outra parte das aplicações financeiras é constituída por Certificados de Depósito Bancário - CDB's, que correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional, contratadas pela empresa a percentuais que variam de 96,5% a 100,8%, do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), tendo como característica alta liquidez e baixo risco de crédito.

4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

As contas a receber de clientes e outros estão compostos da seguinte forma:

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
 Em 31 de março de 2014
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Ref.	31/03/14	31/12/13
Consumidores	(a)	1.053.311	1.041.899
Terceiros		1.053.286	1.041.880
Partes relacionadas		25	19
Títulos a receber		6.636	1.995
Terceiros		6.636	1.995
Comercialização de energia na CCEE	(b)	14.829	14.829
Disponibilização do sistema de distribuição		17.373	14.442
Terceiros		16.826	14.151
Partes relacionadas		547	291
Serviços prestados a terceiros		12.577	11.491
Serviços taxados e administrativos		9.667	10.279
Subvenção	(c)	128.685	84.105
Outros créditos		69.958	36.058
Terceiros		69.958	36.058
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(d)	(303.252)	(311.216)
Total		<u>1.009.784</u>	<u>903.882</u>
Circulante		931.155	817.883
Não circulante		78.629	85.999

(a) Consumidores

	Saldos vincendos	Saldos vencidos		Total		PCLD	
		Até 90 dias	Mais de 90 dias	31/03/14	31/12/13	31/03/14	31/12/13
Setor privado							
Residencial	186.872	104.650	187.573	479.095	462.423	(187.474)	(191.606)
Industrial	66.435	5.684	14.606	86.725	84.735	(12.017)	(12.232)
Comercial, serviços e outras	103.465	24.219	42.409	170.093	166.229	(38.343)	(38.133)
Rural	25.563	7.453	25.274	58.290	59.062	(21.533)	(21.831)
	<u>382.335</u>	<u>142.006</u>	<u>269.862</u>	<u>794.203</u>	<u>772.449</u>	<u>(259.367)</u>	<u>(263.802)</u>
Setor público							
Poder público							
Federal	3.952	1.684	1.344	6.980	7.819	(697)	(652)
Estadual	6.457	3.187	1.376	11.020	11.830	(559)	(495)
Municipal	11.697	5.575	1.944	19.216	19.867	(1.072)	(896)
	<u>22.106</u>	<u>10.446</u>	<u>4.664</u>	<u>37.216</u>	<u>39.516</u>	<u>(2.328)</u>	<u>(2.043)</u>
Iluminação pública	24.407	7.332	2.016	33.755	36.009	(568)	(36)
Serviço público	32.023	2.437	3.081	37.541	38.042	(1.314)	(102)
Fornecimento não faturado	150.596	-	-	150.596	155.883	-	-
Total	<u>611.467</u>	<u>162.221</u>	<u>279.623</u>	<u>1.053.311</u>	<u>1.041.899</u>	<u>(263.577)</u>	<u>(265.983)</u>
Circulante				981.463	962.070	(263.577)	(265.983)
Não circulante				71.848	79.829	-	-

As contas a receber de consumidores do não circulante representam os valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos de contas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes e com vencimento futuro, cobrados em contas de energia. Inclui juros e multa calculados pró-rata temporis.

(b) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (antigo Mercado Atacadista de Energia – MAE) informados pela CCEE a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado.

Os valores de longo prazo compreendem as operações realizadas no período de setembro de 2000 a dezembro de 2002 vinculadas a processos judiciais em andamento movido por agentes do setor que contestam a contabilização da CCEE para o período. Dada à incerteza de sua realização a Companhia constituiu Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, em valor equivalente à totalidade do crédito.

O saldo a receber em 31 de março de 2014 é de R\$ 14.829 (R\$ 14.829 em 31 de dezembro de 2013).

(c) Subvenções

(c.1) O Governo Federal, por meio das Leis nºs 12.212, de 20 de janeiro de 2010 e 10.438, de 26 de abril de 2002, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda.

O saldo a receber em 31 de março de 2013 é R\$ 47.230 (R\$ 45.969 em 31 de dezembro de 2013), relativo às subvenções dos meses de fevereiro e março de 2014.

(c.2) O Decreto Presidencial nº 7.583, de 13 de outubro de 2011 definiu as fontes para concessão de subvenção econômica, a ser custeada com recursos da CDE e com alterações na estrutura tarifária de cada concessionária. A Resolução Normativa ANEEL nº 472, de 24 de janeiro de 2012 estabeleceu a metodologia de cálculo para apurar a Diferença Mensal de Receita – DMR e o montante de recursos a ser repassado a cada distribuidora para custear essa diferença.

O saldo a receber em 31 de março de 2014 é de R\$ 81.454 (R\$ 38.136 em 31 de dezembro de 2013).

As referidas subvenções são calculadas mensalmente pela distribuidora e submetida à ANEEL para aprovação e homologação através de Despacho, após o qual ocorre o repasse.

(d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – PCLD

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída após criteriosa análise das contas a receber vencidas, com base na análise de risco dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos consumidores e as garantias reais para os débitos, e é considerada suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber.

Para fins fiscais, o excesso de provisão calculado em relação aos termos dos artigos 9 e 10 da Lei nº 9.430/96, está adicionado ao lucro real e à base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
 Em 31 de março de 2014
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consumidores	Títulos a receber	Comercialização de energia na CCEE	Outros créditos	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2013	(279.565)	(1.508)	(14.829)	(8.132)	(304.034)
Adições	(153.250)	(872)	-	(22.317)	(176.439)
Reversões	121.635	937	-	1.488	124.060
Baixados a reserva	45.197	-	-	-	45.197
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>(265.983)</u>	<u>(1.443)</u>	<u>(14.829)</u>	<u>(28.961)</u>	<u>(311.216)</u>
Adições	(35.379)	(33)	-	3.023	(32.389)
Reversões	26.646	17	-	2.551	29.214
Baixados a reserva	11.139	-	-	-	11.139
Saldo em 31 de março de 2014	<u><u>(263.577)</u></u>	<u><u>(1.459)</u></u>	<u><u>(14.829)</u></u>	<u><u>(23.387)</u></u>	<u><u>(303.252)</u></u>

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais, a preços e condições de mercado, que estão vinculados como contraparte de garantias oferecidas para participação em leilões de energia e contratações de financiamentos, com carência para resgate acima de 90 dias.

Agente Financeiro	Ref.	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	31/03/14	31/12/13
Banco do Brasil	(b)	Fundo BB Polo	(*)	CDI	6.626	4.732
Banco Itaú	(a)	Títulos Públicos	jul-14	CDIC	783	766
Banco Nordeste do Brasil	(c)	CDB	jul-16	CDI	-	11.661
Bradesco	(b)	Fundo Recife	(*)	CDI	6	5
Bradesco	(a)	LFT	set-14	CDI	30	867
Bradesco	(a)	CDB	abr-14	CDI	11	11
Caixa Econômica Federal	(a)	CDB	dez-14 / jan-15 / fev-15 / fev -17	CDI	1.596	1.614
Votorantim	(a)	CDB	jan-15	CDI	2.712	2.651
Total					<u>11.764</u>	<u>22.307</u>
Circulante					5.744	22.094
Não circulante					6.020	213

(*) Aplicações sem vencimento pré-determinado.

(a) Constituem garantia suplementar para pagamento de contrato de energia.

(b) Aplicações em fundo exclusivo composto por papéis com vencimentos no longo prazo.

(c) Carteira própria - Aplicações compostas por papéis com vencimentos no longo prazo e/ou baixa liquidez.

Os CDBs são títulos emitidos por bancos de primeira linha com liquidez diária, recompra garantida, com variação da taxa de juros com base no percentual do CDI, valorização diária, com registro na CETIP e com portabilidade total e imediata.

A mutação dos títulos e valores mobiliários é a seguinte:

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Saldo em 01 de janeiro de 2013	76.895
Aplicações	418.372
Resgates	(476.552)
Remuneração	3.592
Saldo em 31 de dezembro de 2013	22.307
Aplicações	108.388
Resgates	(119.162)
Remuneração	231
Saldo em 31 de março de 2014	11.764

6. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Ref.	31/03/14	31/12/13
Circulante			
Imposto de renda - IR	(a)	22.859	42.923
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	(a)	20.771	20.544
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(b)	52.127	50.338
Programa de integração social - PIS	(c)	44.453	43.973
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	(c)	14.010	11.911
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS		1.960	1.849
Outros		25	65
		156.205	171.603
Não circulante			
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(b)	63.133	67.329
Recuperação fiscal - REFIS	(d)	2.413	2.413
		65.546	69.742
Total		221.751	241.345

(a) Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) antecipados correspondem aos valores recolhidos quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2º da Lei 9.430, de 27/12/1996, além das antecipações de aplicações financeiras, retenções de órgãos públicos e na fonte referente a serviços prestados.

(b) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) composto da seguinte forma:

b.1) ICMS a recuperar sobre Ativo Permanente (CIAP) decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo operacional, para fins contábeis registrado no ativo financeiro e no ativo intangível e foi apurado com base na Lei Complementar nº. 102, de 11 de julho de 2000, no montante de R\$ 111.760 (R\$ 117.023 em 31 de dezembro de 2013).

b.2) Diversos créditos de ICMS a recuperar, no montante de R\$ 3.500 (R\$ 643 em 31 de dezembro de 2013).

(c) PIS e COFINS a compensar decorrente de:

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Em 31 de março de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- c.1) Regime de apuração não-cumulativo estabelecido pelas Leis 10.637/02 e 10.833/03, respectivamente, nos montantes de R\$ 18.4016 em 31 de março de 2014 e R\$ 14.503 em 31 de dezembro de 2014;
- c.2) Decisão favorável à Companhia para o Mandato de Segurança impetrado em 1998 com relação ao PIS recolhido à maior, em razão da majoração realizada pelos Decretos nos. 2.445 e 2.249, no período de setembro/88 a outubro/95, quanto à semestralidade da base de cálculo. O reconhecimento do crédito no montante de R\$ 41.382 ocorreu após a emissão do trânsito em julgado, em 29/10/2013. A Companhia entrou com o pedido de compensação junto à Receita Federal e aguarda homologação.
- (d) Crédito decorrente do pagamento de parcelas adicionais a título de Recuperação Fiscal (REFIS), em virtude da existência de uma diferença entre o valor do débito parcelado consolidado e o declarado pela Companhia, derivado de multas moratórias calculadas sobre o IRPJ, CSLL e FINSOCIAL. A Companhia impetrou Agravo de Instrumento e obteve a suspensão da exigibilidade do débito tributário. Caso a decisão do mérito da demanda judicial seja favorável, a Companhia procederá à compensação do valor pago a maior. Vide nota explicativa nº. 20 – Provisões.

7. SERVIÇOS EM CURSO

	31/03/14	31/12/13
Serviço próprio	5.931	6.900
Serviços prestados a terceiros	30.729	25.978
Total	<u>36.660</u>	<u>32.878</u>

As Ordens de Serviço em Curso representam um processo de registro, acompanhamento e controle de valores, que é utilizado para apuração de custos referentes aos serviços executados para terceiros ou para a própria concessionária e permissionária. Quando da conclusão dos serviços esses custos são transferidos para outras contas patrimoniais e/ou de resultado a depender da natureza do serviço.

Os valores recebidos a título de adiantamento para execução desses serviços técnicos estão contabilizados a crédito da conta de Adiantamentos Recebidos (vide nota explicativa 21 – Outros Passivos).

8. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDOS

A composição dos tributos e contribuições diferidos é a seguinte:

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
 Em 31 de março de 2014
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Ref.	31/03/14	31/12/13
Imposto de renda e contribuição social	(a)	129.897	115.433
Diferido ativo		215.991	211.130
Diferido passivo		(86.094)	(95.697)
Benefício fiscal do ágio e reversão PMIPL	(b)	169.248	173.419
Total		<u>299.145</u>	<u>288.852</u>

(a) Imposto de renda e contribuição social diferido

A Companhia registrou os tributos e contribuições sociais diferidos sobre as diferenças temporárias, cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem as bases de cálculos. O IR é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, e a CSLL está constituída a alíquota de 9%. No quadro a seguir, estão demonstrados os tributos e contribuições sociais diferidos pelo líquido, conforme CPC 32:

	Ativo			
	31/03/14		31/12/13	
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
Imposto de renda				
Diferenças temporárias	364.664	91.225	327.609	81.962
Contribuição Social				
Diferenças temporárias	429.684	38.672	371.900	33.471
Total		<u>129.897</u>		<u>115.433</u>

A base de cálculo das diferenças temporárias é composta como segue:

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	31/03/14		31/12/13	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	36.783	36.783	36.701	36.701
Provisão para passivo atuarial	247.992	247.992	241.116	241.116
Provisão jurídicas	190.917	190.917	183.188	183.188
Provisão PLR	17.803	17.803	14.428	14.428
Incentivo fiscal Sudene	5.053	-	25.781	-
Ajustes Base Regulatória	(69.433)	-	(69.432)	-
Direito de uso da concessão receita de ultrapassagem	39.254	39.254	28.598	28.598
Perda CCEE	17.093	17.093	17.093	17.093
Ajustes RTT				
Déficit plano previdenciário	1.251	1.251	1.251	1.251
Ativos e passivos regulatórios	112.113	112.113	112.113	112.113
Outros	19.919	19.919	19.078	19.078
Total Ativo	618.745	683.125	609.915	653.566
Passivo (-)				
Ajustes RTT				
Valor justo de derivativos financeiros	(14.932)	(14.932)	(22.000)	(22.000)
Diferença entre o valor justo do ano corrente e o valor justo na adoção inicial	(186.949)	(186.309)	(154.632)	(153.991)
Ajuste da quota anual de amortização	(9.868)	(9.868)	(13.944)	(13.944)
Capitalização/(amortização) de juros de acordo com o IFRS	(64.144)	(64.144)	(63.536)	(63.536)
Déficit plano previdenciário	(58)	(58)	(237)	(237)
Superávit plano previdenciário	(17.797)	(17.797)	(20.869)	(20.869)
Ativos e passivos regulatórios	46.135	46.135	-	-
Custo de captação	(6.468)	(6.468)	(7.088)	(7.089)
Total Passivo	(254.081)	(253.441)	(282.306)	(281.666)
Total Líquido	364.664	429.684	327.609	371.900

Estudos técnicos de viabilidade aprovados pelo Conselho de Administração e apreciados pelo Conselho Fiscal da Companhia, indicam a plena capacidade de recuperação, nos exercícios subsequentes, dos valores de impostos diferidos reconhecidos e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado em que a mesma opera, conforme deliberação CVM nº. 371.

Como a base tributável do IR e da CSLL decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de IR e CSLL. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de março de 2014 e 2013.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
 Em 31 de março de 2014
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ref.	Período acumulado de três meses findos em			
	31/03/14		31/03/13	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	102.220	102.220	274.081	274.081
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	(4.171)	(4.171)	(4.236)	(4.236)
Ajustes decorrentes do RTT	27.865	27.865	30.511	30.511
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT	125.914	125.914	300.356	300.356
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	31.479	11.332	75.089	27.032
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:				
(+) Adições				
Juros sobre obras em andamento - JOA	-	3	-	6
Contribuições e doações	1	-	1	-
Multas indedutíveis	14	5	34	12
Depreciação veículos executivos	11	4	11	4
Outras adições	(5.737)	2.286	100	26
	(5.711)	2.298	146	48
(-) Exclusões				
Reversão da PMIPL	(2.024)	(729)	(2.056)	(740)
Incentivo fiscal SUDENE	(22.557)	-	(52.372)	-
Incentivos audiovisual/rouanet e PAT	(615)	-	(591)	-
	(25.196)	(729)	(55.019)	(740)
Imposto de renda e contribuição social no período	572	12.901	20.216	26.340
Diferido de diferença temporária de RTT	(1.766)	(2.504)	(6.691)	(2.740)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(1.194)	10.397	13.525	23.600
Corrente	7.962	15.561	18.055	25.562
Recolhidos e Pagos	3.741	3.720	7.505	11.700
Á pagar	6.202	6.636	10.548	13.862
Impostos antecipados a recuperar	(4.090)	2.170	2	-
Diferido	(9.156)	(5.164)	(4.530)	(1.962)
	(1.194)	10.397	13.525	23.600

Regime tributário de transição

A Medida Provisória 449/2008, de 03 de dezembro de 2008, convertida na Lei 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais.

A aplicação do RTT foi opcional para os anos de 2008 e 2009 e obrigatória a partir de 2010 para as pessoas jurídicas sujeitas ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) de acordo com a sistemática de lucro real ou de lucro presumido.

A Companhia efetuou sua opção pela adoção do RTT na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2009, (DIPJ) ano-calendário 2008 e adicionalmente em 30 de novembro de 2009 efetuou a elaboração do Controle Fiscal Contábil de Transição (FCONT) criado pela Instrução Normativa 949/2009 da Receita Federal do Brasil.

Foram excluídos na apuração das bases de cálculos dos tributos federais da Companhia, conforme determinado no RTT, os ajustes contábeis decorrentes da aplicação dos CPC's: Estrutura Conceitual Básica (Reconhecimento de ativos e passivos regulatórios), 04 (Ativo Intangível), 08 (Custo de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários), 20 (R1) (Custos de Empréstimos), 33 (R1) (Benefícios a Empregados), 38 (Instrumentos Financeiros) e ICPC 01 (R1) (Contratos de Concessão).

Medida Provisória (MP) nº 627

No dia 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória (MP) nº 627 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e (v) inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As disposições previstas na MP têm vigência a partir de 2015. A sua adoção antecipada para 2014 pode eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados com pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio efetivamente pagos até a data de publicação desta MP, bem como resultados de equivalência patrimonial.

A Companhia elaborou estudo dos possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma e concluiu que a não adoção antecipada pode resultar em ajustes, especialmente relacionados com juros sobre capital próprio e dividendos pagos excedentes ao Lucro tributável. A Administração aguarda a evolução e tratativas das emendas ao texto da referida Medida Provisória para que possa decidir sobre sua adoção antecipada dentro dos prazos estabelecidos pela referida norma tributária.

(b) Benefício Fiscal – Ágio Incorporado da Controladora

O benefício fiscal do ágio incorporado refere-se ao crédito fiscal calculado sobre o ágio de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nºs 319/99 e 349/01.

Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais da Companhia apresentam contas específicas relacionadas com ágio incorporado, provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes.

9. OUTROS ATIVOS

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
 Em 31 de março de 2014
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Ref.	31/03/14	31/12/13
Adiantamentos a empregados		10.566	1.537
Adiantamentos a fornecedores	(a)	18.753	18.808
Serviços prestados a terceiros		10.131	3.621
Dispêndios a reembolsar em curso	(b)	11.399	13.667
Cobrança extra judicial		582	770
Uso mútuo de postes		2.314	6.106
Sub-rogação CCC		1.414	1.457
Recursos CCEE - ACR / Eletrobrás	(c)	123.303	-
Outros créditos a receber		7.059	5.196
Total		185.521	51.162
Circulante		182.687	48.328
Não circulante		2.834	2.834

(a) Valores concedidos antecipadamente aos fornecedores, contra prestação futura de um serviço ou entrega de material.

(b) Referem-se a gastos efetuados em obras de construção/instalação do padrão de entrada e do kit de baixa renda do Programa Luz para Todos, a serem reembolsados através de subvenções de recursos do Governo Federal.

(c) Referem-se principalmente aos ativos financeiros registrados em decorrência do Decreto 8.221/14 (Conta-ACR), conforme detalhado na nota explicativa nº4. O montante contabilizado a receber pela Companhia através da Conta - ACR relativo ao período de fevereiro/14 é de R\$ 28.378, recebido em 28 de abril de 2014 conforme despacho ANEEL Nº 1.256, e relativo ao período de março/14 é de R\$ 94.924.

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Estão classificados neste grupo os depósitos judiciais recursais à disposição da Justiça para permitir a interposição de recurso, nos termos da lei.

	Ref.	31/03/14	31/12/13
Trabalhistas		119.263	115.230
Cíveis		63.969	62.227
Fiscais:		21.961	21.576
PIS / COFINS		2.248	2.220
Incentivo fiscal SUDENE	(a)	8.685	8.508
Impostos municipais	(b)	2.122	2.373
ICMS	(c)	6.352	6.258
INSS		702	694
Outros		1.852	1.523
Outros		5.371	4.922
Total		210.564	203.955

- (a) Em virtude da desistência do processo judicial impetrado contra a Receita Federal que questionava a falta de exclusão da provisão para a manutenção da integridade do PL do cálculo do lucro da exploração, os depósitos judiciais realizados tornaram-se disponíveis para levantamento pela União. O saldo residual contabilizado corresponde aos depósitos feitos em duplicidade em decorrência da notificação feita pela Receita Federal através de carta cobrança, os quais estão sendo questionados judicialmente.
- (b) Depósitos realizados frente à necessidade de garantir apresentação dos devidos embargos à execução de processos referentes a autos de infração referentes a substituição tributária de ISS, remoção de galhos em domínio público, IPTU, TLF.
- (c) Depósito judicial realizado com a finalidade de suspender o débito referente a auto de infração que questiona o crédito indevido de ICMS sobre aquisições de ativos imobilizados.

Os depósitos judiciais são atualizados mensalmente, pelos índices aplicáveis para a atualização das cadernetas de poupança (TR), nos casos de depósitos de natureza cível e trabalhista e para a atualização dos valores relativos a débitos tributários (Taxa SELIC) para os depósitos de natureza fiscal/tributária.

11. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO FINANCEIRO)

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica nº 10, de 07 de agosto de 1997 e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Concessionária - Operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia, onde:

- ✓ O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- ✓ O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;
- ✓ Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- ✓ O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) e do OCPC 05, os quais fornecem orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

- (a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
- (b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores (vide nota explicativa nº 12).

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A Lei nº12.783/13, dentre outras deliberações, determinou que a indenização a ser paga pelo poder concedente pela reversão dos bens atrelados ao serviço público de distribuição de energia será baseada no VNR não amortizado até o término da concessão, adotando-se o banco de preços homologados pela ANEEL.

A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável (Concessão) está assim apresentada:

	<u>Ref.</u>	
Saldos em 01 de janeiro de 2013		1.516.172
Baixas		(3.068)
Amortização/reversão		8.466
Transferências		3.099
Atualização monetária / valor justo		<u>69.217</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013		<u>1.593.886</u>
Baixas		(154)
Transferências	(a)	57.859
Atualização monetária / valor justo		<u>32.317</u>
Saldo em 31 de março de 2014		<u><u>1.683.908</u></u>

- (a) Transferência do intangível em curso em decorrência do reconhecimento de novos ativos incorporados no período.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Em 31 de março de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A concessão da Companhia não é onerosa, dessa forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. A concessão outorgada tem prazo de vigência de 30 anos, encerrando-se em agosto de 2027. O contrato de concessão prevê a possibilidade de prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária.

Em caso de extinção da concessão pelo advento do termo final do contrato ou outra das hipóteses que prevê, operar-se-á, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

12. INTANGÍVEL

Por natureza, o intangível está constituído da seguinte forma:

	31/03/2014				31/12/13	
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido
	Em serviço					
Direito de uso da concessão	3,96%	7.752.498	(3.441.226)	(1.549.768)	2.761.504	2.773.815
Em curso						
Direito de uso da concessão		1.107.025	-	(133.190)	973.835	892.657
Total		8.859.523	(3.441.226)	(1.682.958)	3.735.339	3.666.472

A movimentação do saldo do intangível está demonstrada a seguir:

Ref.	Em serviço				Em curso			Total
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	
Saldo em 01 de janeiro de 2013	6.998.836	(3.054.211)	(1.552.736)	2.391.889	854.953	(167.332)	687.621	3.079.510
Adições	-	-	-	-	1.040.745	(183.199)	857.546	857.546
Baixas	(81.668)	69.884	-	(11.784)	(11.776)	-	(11.776)	(23.560)
Amortizações	-	(369.315)	92.572	(276.743)	-	-	-	(276.743)
Transferências - Intangíveis	440.806	-	(85.421)	355.385	(440.806)	85.421	(355.385)	-
Transferências - Ativos financeiros	286.885	-	-	286.885	(363.820)	73.836	(289.984)	(3.099)
Transferências - Outros	17.210	-	10.973	28.183	(3.576)	8.211	4.635	32.818
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>7.662.069</u>	<u>(3.353.642)</u>	<u>(1.534.612)</u>	<u>2.773.815</u>	<u>1.075.720</u>	<u>(183.063)</u>	<u>892.657</u>	<u>3.666.472</u>
Adições	-	-	-	-	223.647	(22.688)	200.959	200.959
Baixas	(12.991)	11.297	-	(1.694)	(778)	-	(778)	(2.472)
Amortizações	-	(98.881)	24.235	(74.646)	-	-	-	(74.646)
Transferências - Intangíveis	99.453	-	(39.391)	60.062	(99.453)	39.391	(60.062)	-
Transferências - Ativos financeiros	(a) 21	-	-	21	(92.905)	35.025	(57.880)	(57.859)
Transferências - Outros	(b) 3.946	-	-	3.946	794	(1.855)	(1.061)	2.885
Saldo em 31 de março de 2014	<u>7.752.498</u>	<u>(3.441.226)</u>	<u>(1.549.768)</u>	<u>2.761.504</u>	<u>1.107.025</u>	<u>(133.190)</u>	<u>973.835</u>	<u>3.735.339</u>

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Em 31 de março de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (a) Transferência do intangível em curso em decorrência do reconhecimento de novos ativos incorporados no período e transferência entre ativo intangível em serviço/financeiro de bens em decorrência de retificação de atributos técnicos.
- (b) Referem-se às transferências de material técnico, mão de obra e capitalização de encargos.

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infra-estrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição, limitada ao prazo de vencimento da concessão, dos dois o menor. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro). (Vide nota explicativa nº 11).

A Resolução Normativa ANEEL nº 474 de 07/02/2012 estabeleceu novas taxas de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2012, determinando alteração na vida útil-econômica dos bens integrantes da infraestrutura de distribuição.

Anteriormente à edição da Resolução ANEEL 474, a vida útil média do conjunto de ativos da Companhia era em torno de 22 anos, variando entre 21 e 24 anos. Com a implementação da Resolução ANEEL 474, a vida útil desses ativos passou a se situar entre 25 e 28 anos, com média de 26 anos, o que corresponde ao acréscimo de 4 anos em relação à vida útil econômica média anterior.

Considerando esse aumento da vida útil, houve uma diminuição da amortização e um aumento da parcela residual da infraestrutura que a Companhia espera receber como indenização ao final do período da Concessão.

Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica.

Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro de indenização.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Em 31 de março de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13. FORNECEDORES

A composição do saldo em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013 é como segue:

Fornecedores	31/03/14	31/12/13
Energia elétrica:	416.776	351.565
Terceiros	366.579	263.627
Partes relacionadas	50.197	87.938
Encargos de uso da rede	52.719	13.953
Terceiros	50.746	12.034
Partes relacionadas	1.973	1.919
Materiais e serviços	136.176	120.357
Terceiros	135.749	119.937
Partes relacionadas	427	420
Energia livre	46.498	29.594
Total	652.169	515.469
Circulante	605.671	464.292
Não circulante	46.498	51.177

Os montantes classificados no não circulante referem-se a valores remanescentes de energia livre, fixados pela ANEEL através do Despacho nº. 2517/2010, a serem repassados pelas distribuidoras às geradoras, e que estão sendo contestados pelos concessionários de distribuição, representados pela ABRADÉE, os quais impetraram Mandado de Segurança Coletivo com pedido de liminar (Processo nº 437399120104013400/DF), requerendo o reconhecimento da ilegalidade do ato e a anulação do despacho. Em 28 de setembro de 2010 obteve-se o deferimento da antecipação da tutela recursal e em 22 de novembro de 2010 a liminar foi deferida.

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As obrigações por empréstimos e financiamentos são representadas como segue:

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
 Em 31 de março de 2014
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Composição da dívida	Ref.	Taxa Efetiva	Encargos			Total	
			Circulante	Principal Circulante	Principal Não circulante	31/03/14	31/12/13
Moeda nacional							
BNB		10,00% a.a. a 13,20% a.a.	1.295	65.864	189.159	256.318	272.858
(-) Custos de transação			-	(664)	(908)	(1.572)	(1.766)
			1.295	65.200	188.251	254.746	271.092
BNDES FINEM	(a.1)	TJLP+ 3,20% a.a. /8,06% a.a.	2.572	184.095	749.339	936.006	978.067
(-) Custos de transação			-	(66)	(184)	(250)	(268)
			2.572	184.029	749.155	935.756	977.799
Eletrobrás		5,00% a.a. a 5,45% a.a.	-	27.641	132.197	159.838	166.290
(-) Custos de transação			-	(245)	(920)	(1.165)	(1.231)
			-	27.396	131.277	158.673	165.059
FINEP		5,27% a.a. a 5,34% a.a.	105	11.801	36.577	48.483	51.259
(-) Custos de transação			-	(114)	(158)	(272)	(304)
			105	11.687	36.419	48.211	50.955
Banco do Brasil		13,55% a.a. / 13,76% a.a.	11.398	-	400.000	411.398	400.744
(-) Custos de transação			-	(601)	(1.977)	(2.578)	(2.710)
Operações com swap			-	-	-	-	-
			11.398	(601)	398.023	408.820	398.034
BONDS BRL		12,19% a.a. a 12,28% a.a.	19.975	-	400.000	419.975	408.225
(-) Custos de transação			-	(865)	(930)	(1.795)	(2.011)
			19.975	(865)	399.070	418.180	406.214
Total moeda nacional			35.345	286.846	1.902.195	2.224.386	2.269.153
Moeda estrangeira							
Títulos Externos		Libor + 1,875% a.a	1.587	4.747	339.063	345.397	351.107
Operações com swap		106,75%, 107,25%, 101,61%, 101,72%, 103,27%, 100,40%, 102,87% do CDI	-	(27.229)	(24.917)	(52.146)	(69.961)
			1.587	(22.482)	314.146	293.251	281.146
BANK OF AMERICA			427	9.018	466.970	476.415	487.935
Operações com swap			-	36.226	(81.040)	(44.814)	(57.507)
			427	45.244	385.930	431.601	430.428
Banco Tokio			55	1.165	108.528	109.748	112.148
Operações com swap		110% do CDI	-	9.823	(16.334)	(6.511)	(9.099)
			55	10.988	92.194	103.237	103.049
CITIBANK		Libor 3M + 0,970% a.a. 104,5% do CDI	186	2.544	212.349	215.079	220.080
			-	20.552	(13.180)	7.372	1.973
			186	23.096	199.169	222.451	222.053
JP MORGAN		2,94% a.a. 105% do CDI	63	1.572	52.812	54.447	55.592
			-	4.282	(1.720)	2.562	1.297
			63	5.854	51.092	57.009	56.889
Total moeda estrangeira			2.318	62.700	1.042.531	1.107.548	1.093.565
(-) Garantias depósitos vinculados			-	-	(38.985)	(38.985)	(38.140)
Total			37.663	349.546	2.905.741	3.292.949	3.324.578

(a) Captações e renegociações de recursos no período

(a.1) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES – A Companhia recebeu R\$ 4.250 para financiamento de investimentos realizados em 2013, provenientes do Contrato de Abertura de Limite de Crédito Rotativo nº 13.2.02.94.1, assinado em maio de 2013 e aditado em junho de 2013.

(b) Condições restritivas financeiras (covenants)

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os empréstimos em moeda estrangeira com base na lei 4131: Títulos Externos, Bank of América, N.A. 2012, Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, LTD. 2012, Citibank N.A. 2013, Bank of América, N.A. 2013, JP Morgan, N.A. 2013; e BONDS contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré-estabelecidos, como segue:

Títulos Externos, Citibank N.A. 2013 e JP Morgan, N.A. 2013 - Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 4 e EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2; Bank of América, N.A. 2013 - Dívida Líquida/EBITDA menor que 4 e EBITDA/Resultado Financeiro maior que 2.

Bank of América, N.A. 2012 e Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, LTD. 2012 - Dívida Líquida/EBITDA menor que 3 e EBITDA/Resultado Financeiro maior que 2;

BONDS BRL 2016 - Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3.

Nas demonstrações financeiras intermediárias de 31 de março de 2014 a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

Os vencimentos das parcelas em longo prazo são os seguintes:

	31/03/14			31/12/13		
	Dívida	Custos transação	Total líquido	Dívida	Custos transação	Total líquido
2015	219.665	(1.818)	217.847	286.707	(2.432)	284.275
2016	805.963	(1.633)	804.330	805.432	(1.633)	803.799
2017	807.917	(887)	807.030	811.366	(887)	810.479
2018	903.742	(443)	903.299	908.109	(443)	907.666
2019	78.223	(124)	78.099	77.692	(124)	77.568
Após 2019	134.292	(172)	134.120	132.520	(172)	132.348
Total obrigações	<u>2.949.802</u>	<u>(5.077)</u>	<u>2.944.725</u>	<u>3.021.826</u>	<u>(5.691)</u>	<u>3.016.135</u>
(-) Garantias depósitos vinculados			(38.985)			(38.140)
Total			<u>2.905.740</u>			<u>2.977.995</u>

A mutação de empréstimos e financiamentos é a seguinte:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Passivo circulante	Não circulante	Passivo circulante	Não circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2013	299.473	1.931.540	47.110	1.046.455	3.324.578
Ingressos	-	4.250	-	-	4.250
Encargos	46.592	-	5.427	-	52.019
Variação monetária e cambial	-	-	(80)	(42.379)	(42.459)
Swap	-	-	29.487	34.419	63.906
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	-	(6.879)	13.892	7.013
Transferências	71.736	(71.736)	9.857	(9.857)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(96.269)	-	(19.904)	-	(116.173)
(-) Mov. depósitos em garantia	-	(844)	-	-	(844)
(-) Custos de transação	659	-	-	-	659
Saldo em 31 de março de 2014	<u>322.191</u>	<u>1.863.210</u>	<u>65.018</u>	<u>1.042.530</u>	<u>3.292.949</u>

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
 Em 31 de março de 2014
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15. DEBÊNTURES

Debêntures	Série	Quantidade de títulos emitidos	Remuneração	Taxa efetiva	Swap	31/03/14		31/12/13	
						Encargos	Principal	Total	Total
3ª Emissão	Única	3.000	V.C. + 10,8% a.a.	10,80%		-	-	-	7.365
Operações com swap					IGPM+13,95	-	-	-	16.648
						-	-	-	24.013
6ª Emissão	Única	35.392	CDI + 0,6% a.a.	10,94%		2.642	78.676	81.318	79.298
(-) Custos de transação						-	(59)	(59)	(93)
						2.642	78.617	81.259	79.205
Total						2.642	78.617	81.259	103.218

(*) Debêntures simples, não conversíveis em ações.

(a) Condições restritivas financeiras (covenants):

As escrituras de emissões das debêntures prevêem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros pré estabelecidos, como segue: Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3 e EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2.

Nas demonstrações financeiras de 31 de março de 2014, a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

(b) Garantias:

Para a 3ª. Emissão de debêntures foi dada garantia de receita própria e aval do acionista controlador.

A mutação das debêntures é a seguinte:

	Moeda nacional		Total
	Passivo circulante	Não circulante	
Saldo em 01 de janeiro de 2013	185.967	98.566	284.533
Encargos	11.867	-	11.867
Variação monetária e cambial	924	(45)	879
Swap	2.691	483	3.174
Efeito cumulativo marcação a mercado	(232)	(3)	(235)
Transferências	99.000	(99.001)	(1)
Amortizações e pagamentos de juros	(197.235)	-	(197.235)
(-) Custos de transação	236	-	236
Saldo em 31 de dezembro de 2013	103.218	-	103.218
Encargos	2.077	-	2.077
Variação monetária e cambial	221	-	221
Swap	105	-	105
Efeito cumulativo marcação a mercado	54	-	54
Amortizações e pagamentos de juros	(24.449)	-	(24.449)
(-) Custos de transação	33	-	33
Saldo em 31 de março de 2014	81.259	-	81.259

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
 Em 31 de março de 2014
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16. SALÁRIOS E ENCARGOS A PAGAR

	<u>31/03/14</u>	<u>31/12/13</u>
Salários	2.325	4.087
Encargos sociais	7.959	7.687
Provisões férias e 13º salário	22.669	21.092
Encargos sobre provisões de férias e 13º salário	1.766	2.601
Provisão PLR	17.803	14.427
Outros	437	162
Total	<u>52.959</u>	<u>50.056</u>

- (a) A Companhia mantém o programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, nos moldes da Lei nº 10.101/00 e artigo nº 189 da Lei das Sociedades por Ações, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos; metas estas que vem desde o plano estratégico da Companhia até sua respectiva área. O montante estimado dessa participação para o exercício de 2013 é de R\$ 18.007 (R\$ 14.427 em 31 de dezembro de 2013).

17. TAXAS REGULAMENTARES

	<u>Ref.</u>	<u>31/03/14</u>	<u>31/12/13</u>
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		877	877
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT		1.681	1.610
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(a)	23.600	24.862
Programa de Eficientização Energética - PEE	(a)	8.119	5.886
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE		811	810
Ministério de Minas e Energia - MME		314	290
Total		<u>35.402</u>	<u>34.335</u>
Circulante		20.222	31.599
Não circulante		15.180	2.736

- (a) A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), líquido dos valores aplicados nos Programas de Eficientização Energética – PEE e Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na Taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL nºs 300/2008, 316/2008 e 504/2012.

18. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Ref.	31/03/14	31/12/13
Circulante			
Imposto de renda - IR	(1)	20.839	57.160
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	(1)	13.392	-
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(2)	48.260	37.092
Programa de integração social - PIS	(3)	5.195	4.602
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	(3)	23.927	21.205
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS		3.479	3.135
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS		1.109	1.011
Imposto sobre serviços - ISS		676	615
Impostos e contribuições retidos na fonte		9.134	9.742
Outros		5.975	1.741
		<u>131.986</u>	<u>136.303</u>
Não circulante			
Imposto de renda - IR		1.394	1.378
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS		3.653	5.245
Programa de integração social - PIS		2.042	2.018
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS		7.223	7.146
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS		72	73
		<u>14.384</u>	<u>15.860</u>
Total		<u>146.370</u>	<u>152.163</u>

19. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A movimentação dos saldos de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar em 31 de março de 2014, é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2013	114.778
Dividendos e juros sobre o capital próprio:	
Pagos no período	(7)
Prescritos	(611)
Saldo em 31 de março de 2014	<u>114.160</u>

20. PROVISÕES

As provisões constituídas para contingências passivas, no montante de R\$ 35.693, classificadas no passivo circulante (R\$ 33.978 em 31 de dezembro de 2013) e R\$ 172.705 no não circulante (R\$ 166.689 em 31 de dezembro de 2013) estão compostas como segue:

	Contingências				Total
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	
Saldo em 31 de dezembro de 2013	109.862	57.214	11.376	22.215	200.667
Constituição	5.533	6.591	346	-	12.470
Baixas/reversão	(6.933)	(7.113)	-	-	(14.046)
Atualização	4.627	3.221	416	1.043	9.307
Saldo em 31 de março de 2014	<u>113.089</u>	<u>59.913</u>	<u>12.138</u>	<u>23.258</u>	<u>208.398</u>

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

Trabalhistas

Referem-se às ações movidas por ex-empregados contra a Companhia, envolvendo cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

Contingências Trabalhistas	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado	
				31/03/14	31/12/13
Ex-empregados da Companhia	69.696	1ª, 2ª e 3ª	Provável	69.696	66.686
	196.387	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	75.703	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Ex-empregados de Empreiteiras	33.572	1ª, 2ª e 3ª	Provável	33.572	34.613
	207.927	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	46.887	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Empregados	9.821	1ª, 2ª e 3ª	Provável	9.821	8.563
	25.240	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	10.092	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total	675.325			113.089	109.862

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial (TR) índice de atualização de processos trabalhistas divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 1% a.m.

Cíveis

Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais.

Contingências Cíveis	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado	
				31/03/14	31/12/13
Cientes – Tarifas Plano Cruzado	12.276	1ª, 2ª e 3ª	Provável	12.276	11.991
Indenização por perdas	40.675	1ª, 2ª e 3ª	Provável	40.675	42.586
	743.896	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	16.913	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Acidente terceiros/trabalho	3.486	1ª, 2ª e 3ª	Provável	3.486	-
	18.485	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	1.828	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Comerc. energia e produtos	268	1ª, 2ª e 3ª	Provável	268	300
	40.165	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	18.424	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Irregularidade de consumo	2.912	1ª, 2ª e 3ª	Provável	2.912	2.157
	65.432	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	3.159	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Outras	296	1ª, 2ª e 3ª	Provável	296	180
	26.317	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	1.357	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total	995.889			59.913	57.214

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Em 31 de março de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescidos de juros de 1% a.m.

- (a) Clientes – Plano Cruzado – Ações movidas por consumidores industriais e comerciais questionando a legalidade da majoração da tarifa de energia elétrica ocorrida na vigência do Plano Cruzado, conforme portarias nº. 38 e 45 do DNAEE, de 27/01 e de 04/03, ambas de 1986, pleiteando a restituição de valores envolvidos..
- (b) Indenização por Perdas – Ações movidas por pessoas físicas e jurídicas, nas quais a Companhia figura como ré, e que tem por objeto indenizações por morte, por danos materiais, danos morais e danos elétricos.
- (c) Outras – Diversas ações movidas por pessoas físicas e jurídicas envolvendo repetição de indébito, revisão de débito de consumo medido e não medido (irregularidade de consumo), cancelamento de débito, restabelecimento do fornecimento de energia elétrica, anulação de dívida, litígios com agentes arrecadadores de contas de energia elétrica, demanda relativa à multa contratual com fornecedores de energia elétrica e serviços e outros.

Fiscais

Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal.

A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis conseqüências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
 Em 31 de março de 2014
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Contingências Fiscaias	Ref.	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado	
					31/03/14	31/12/13
ICMS	(a)	164.627	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
ISS	(b)	2.330	1ª, 2ª e 3ª	Provável	2.330	2.293
		20.054	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		626	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
CPMF		5.243	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
CSLL	(c)	11.938	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
TLF/IPTU	(d)	4	1ª, 2ª e 3ª	Provável	4	4
		1.775	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1.498	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
REFIS	(e)	19.637	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
PIS/COFINS	(f)	33.884	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
COFINS	(g)	6.120	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		19.120	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
IRPJ	(h)	460.304	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
INSS	(i)	3.556	1ª, 2ª e 3ª	Provável	3.556	3.499
ITD S/DOAÇÕES RECEBIDAS	(j)	5.647	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
CIDE	(k)	5.500	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Taxas Diversas		1.941	Administrativa	Possível	-	-
Incentivo Fiscal SUDENE	(l)	5.305	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Outras		6.249	1ª, 2ª e 3ª	Provável	6.249	5.580
		1.326	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Total		<u>776.682</u>			<u>12.138</u>	<u>11.376</u>

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

(a) ICMS

(a.1) Auto de Infração lavrado contra a Companhia questionando a concessão da redução da base de cálculo do ICMS aos consumidores tipificados no artigo 80, incisos I, II e III do RICMS/BA. A Companhia interpôs impugnação administrativa ao lançamento de ofício, argumentando que a definição das classes de consumo dos consumidores segue as determinações da legislação regulatória e que tais procedimentos já foram ratificados pela própria SEFAZ/BA, mediante soluções de consulta acerca do objeto da autuação. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(a.2) Auto de Infração lavrado pela SEFAZ/BA arguindo supostas divergências entre o imposto declarado no arquivo do Convênio CONFAZ nº115/03 e o valor recolhido informado no demonstrativo de apuração do ICMS. A Companhia protocolou defesa administrativa argumentando a inexistência de recolhimento a menor e apontando que as causas da divergência residem no próprio layout do programa gerador do Convênio 115/03, que não captura todas as operações realizadas pela Companhia. Nos autos da impugnação administrativa foram juntadas todas as comprovações que afastam quaisquer dúvidas quanto à integridade dos recolhimentos do ICMS realizados pela Companhia. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a.3) Auto de infração lavrado, pela SEFAZ/BA, aplicando multas pela falta de cumprimento de obrigação acessória. Baseadas no art. 42, inciso IX da lei 7.014/96, pela falta de escrituração das notas fiscais de entrada. A companhia protocolou defesa administrativa anexando documentações que evidencia a alegação. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(a.4) Auto de infração lavrado, pela SEFAZ/BA aplicando multa por erro na aplicação da alíquota cabível nas saídas de mercadorias regularmente escrituradas, e em razão de ter praticado operações tributáveis como não tributáveis. A Coelba está elaborando defesa administrativa. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(b) ISS - Autos de infração lavrados por diversos municípios questionando o não recolhimento do ISS próprio e substituição tributária. A Companhia entende que as autuações não procedem, por isso, apresentou impugnação administrativa para anular os efeitos dos autos de infração. Apesar disso, a Companhia optou constituir provisão contábil para os casos carentes de jurisprudências convergentes à tese articulada na defesa.

(c) CSLL - Auto de infração lavrado pela Receita Federal questionando a exclusão da depreciação calculada sobre a correção monetária complementar (IPC/BTNF), na base de cálculo da CSLL. A Companhia interpôs impugnação administrativa defendendo a correção do procedimento adotado. Neste particular, as decisões judiciais proferidas têm sido favoráveis aos contribuintes.

(d) IPTU - Demandas em esfera administrativa envolvendo cobrança de IPTU nos municípios de Salvador e Itabuna. A Companhia optou constituir provisão contábil para os casos carentes de jurisprudências convergentes à tese articulada na defesa.

(e) Refere-se a divergência no valor consolidado dos débitos declarados no parcelamento alternativo REFIS integralmente quitado em 03/05/2006. No entanto, a Receita Federal alega que há saldo devedor em desfavor da Companhia. Objetivando evitar embaraços à suas atividades operacionais pelo cerceamento da concessão de certidões negativas, a Companhia utilizou os instrumentos judiciais cabíveis para suspender a exigibilidade do crédito tributário. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(f) PIS/COFINS

(f.1) Auto de infração lavrado pela Receita Federal, arguindo ausência de recolhimento das contribuições para o PIS e COFINS sobre as receitas financeiras. A Companhia apresentou impugnação administrativa à referida cobrança e aguarda manifestação do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF. Ressalte-se que a incidência do PIS e da COFINS sobre receitas financeiras instituídas pela Lei 9718/98, foi objeto de declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(f.2) Indeferimento pela Receita Federal de pedidos de compensação de débitos fiscais com créditos de PIS e COFINS. A Companhia impetrou impugnação restabelecendo a suspensão da exigibilidade do crédito tributário. A possibilidade de perda desses processos foi classificada como possível.

(g) COFINS

(g.1) Auto de Infração lavrado em agosto de 2003 arguindo que a Companhia não observou as formalidades legais para realizar a compensação de créditos. Não obstante, a Companhia interpôs defesa judicial para assegurar a legitimidade da compensação realizada. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(g.2) Despacho Decisório considerando não declarada a PER/DCOMP que compensou a COFINS de novembro de 2011 com saldo negativo de IRPJ majorado após retificação da Declaração do Imposto de Renda. Tal fato decorre da retificação do montante do crédito ter sido feita após a homologação de PER/DCOMP que compensou o crédito original. A Companhia impetrou Manifestação de Inconformidade por entender que o crédito é legítimo e passível de compensação.

(h) IRPJ / CSLL / IRRF

(h.1) IRRF - Auto de infração motivado pela falta de retenção do IRRF incidente sobre o pagamento de juros sobre capital próprio. A Companhia interpôs impugnação administrativa sob o argumento que o procedimento adotado está lastreado nas disposições contidas no Parecer Normativo COSIT n. 01/2002.

(h.2) Auto de infração decorrente da não adição da despesa de amortização do ágio nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL. A Coelba apresentou impugnação, pois entende que esse ágio, por ser derivado da expectativa de rentabilidade futura, é dedutível na apuração desses tributos e acredita no êxito da ação. Desta forma, nenhuma provisão foi constituída.

(i) INSS - Notificações Fiscais de Lançamento de Débito – NFLD lavradas pelo INSS decorrentes do instituto da solidariedade fiscal na contratação de serviços. A Companhia apresentou impugnação argumentando que a imputação do débito ao contratante somente deve ocorrer após constatado a inadimplência do devedor principal. No entanto, foi constituída provisão contábil, pois a Companhia não dispõe das guias que comprovam o recolhimento das obrigações pelos prestadores dos serviços.

(j) ITD – Imposto sobre Transmissão “Causa Mortis” e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – Autos de infração lavrados pela SEFAZ/BA cobrando o recolhimento do ITD sobre a transferência de ativos de particulares para a concessão. A Companhia protocolou impugnação administrativa juntando manifestação do Superior Tribunal de Justiça contrária à incidência do referido imposto sobre essas operações. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

(k) CIDE - Auto de infração lavrado pela Receita Federal arguindo ausência de recolhimento da Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico – CIDE. A Companhia apresentou impugnação administrativa argumentando a inexistência de base legal na época em que ocorreram os fatos geradores. Processo encontra-se em curso no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF. A possibilidade de perda desse processo foi classificada como possível.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
 Em 31 de março de 2014
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(I) Corresponde à cobrança pela Receita Federal da multa de ofício exigida no processo de Representação Fiscal decorrente da falta de exclusão da provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido no cálculo do lucro da exploração.

Regulatórias

Contingência Regulatórias	Ref.	Valor		Expectativa de perda	Valor provisionado	
		atualizado	Instância		31/03/14	31/12/13
Auto de Infração ANEEL	(a)	23.258	1ª, 2ª e 3ª	Provável	23.258	22.215
	(b) / (c)	50.106	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Total		73.364			23.258	22.215

- (a) Auto de infração referente à fiscalização da coleta de dados e apuração dos indicadores de continuidade do fornecimento de energia elétrica, individuais e globais, de 2009 e 2010. A Companhia impetrou em 03/09/2012 com recurso administrativo na ANEEL. Em Janeiro de 2013, foi emitido Juízo de Reconsideração por meio do qual a Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade – SFE decidiu manter as penalidades de advertência e de multa. O processo encontra-se da Assessoria da Diretoria da ANEEL, desde Maio de 2013.
- (b) Auto de infração referente à fiscalização técnica e comercial realizada pela ANEEL em 2009, abordando, principalmente, ressarcimento aos consumidores que alegaram danos elétricos a equipamentos elétricos por oscilações no sistema de distribuição e operação e manutenção do sistema de distribuição.
- (c) Auto de infração referente à fiscalização técnica realizada pela ANEEL em 2012, abordando, principalmente, operação e manutenção no sistema de distribuição. A Companhia impetrou, em 09/09/2013, recurso administrativo na ANEEL, juntamente com Pedido de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta – TAC.

21. OUTROS PASSIVOS

	Ref	31/03/14	31/12/13
Consumidores	(a)	29.188	40.049
Plano de saúde		14.496	4.347
Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública - COSIP		3.202	2.550
Convênios		220	243
Caução em garantia	(b)	107.679	103.166
FGTS Conta empresa		207	207
Encargos CBEE		90	94
Adiantamentos recebidos	(c)	198.215	194.954
Fatura Cartão de Crédito		127.994	36.158
Devolução CDE		-	6.061
Outras		17.230	13.226
Total		498.521	401.055
Circulante		483.887	385.448
Não circulante		14.634	15.607

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
 Em 31 de março de 2014
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (a) Obrigações perante consumidores de energia elétrica decorrentes de antecipação de recursos para construção de obras em municípios ainda não universalizados, contas pagas em duplicidade, ajustes de faturamento e outros.
- (b) Garantia constituída em espécie para assegurar o cumprimento dos contratos, tanto no que diz respeito a suas cláusulas operacionais, como na obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços.
- (c) Adiantamentos recebidos de consumidores ou terceiros para a realização de serviços técnicos que serão executados pela Companhia, em contrapartida de serviços prestados a terceiros (vide nota explicativa 7 – Serviços em Curso).

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

O Capital social autorizado da Companhia em 31 de março de 2014 é de R\$ 1.300.000 e o integralizado até a data do balanço é de R\$ 542.163.

A composição do capital social realizado por classe de ações, sem valor nominal, e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Nº de Ações (EM UNIDADES)							
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais				Total	%
	Única	%	A	%	B	%		
Neoenergia S.A .	98.122.082	89,8	7.863.541	40,2	59.315.266	100,0	165.300.889	87,8
Iberdrola Energia	5.597.908	5,1	10.394.196	53,1	-	0,0	15.992.104	8,5
Previ	3.317.800	3,0	994.400	5,1	-	0,0	4.312.200	2,3
Outros	2.266.726	2,1	305.419	1,6	-	0,0	2.572.145	1,4
Total	109.304.516	100,0	19.557.556	100,0	59.315.266	100,0	188.177.338	100,0

Acionistas	R\$ (EM REAIS)							
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais				Total	%
	Única	%	A	%	B	%		
Neoenergia S.A .	282.702.410	89,8	22.655.879	40,2	170.894.953	100,0	476.253.242	87,8
Iberdrola Energia	16.128.297	5,1	29.947.023	53,1	-	0,0	46.075.320	8,5
Previ	9.559.011	3,0	2.864.995	5,1	-	0,0	12.424.006	2,3
Outros	6.530.731	2,1	879.952	1,6	-	0,0	7.410.683	1,4
Total	314.920.449	100,0	56.347.849	100,0	170.894.953	100,0	542.163.251	100,0

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral. As ações preferenciais, de ambas as classes, não possuem direito de voto, ficando assegurado ainda: (i) as ações preferenciais “Classe A” têm prioridade na distribuição de dividendos, que serão no mínimo 10% (dez por cento) sobre o capital social representado por ações preferenciais “Classe A”; (ii) as ações preferenciais “Classe B”, têm prioridade na distribuição de dividendos, somente após a distribuição de dividendos às preferenciais “Classe A”, sendo tais dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

Reservas de Capital

a) Reserva Especial de Ágio

Essa reserva no montante de R\$ 339.052 foi gerada em função da reestruturação societária da Companhia, que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente no patrimônio, quando o ágio foi transferido para a Companhia através da incorporação.

b) Reserva de Incentivo Fiscal

A legislação do imposto de renda possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste, e que atuam no setor de infra-estrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

O saldo da reserva de incentivo fiscal apurado até 31 de dezembro de 2007 no montante de R\$ 340.429 foi mantido como reserva de capital e somente poderá ser utilizado conforme previsto em lei.

Reservas de Lucros

a) Reserva de Incentivo Fiscal

Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC 07, o valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da Lei foi contabilizado no resultado do exercício, e posteriormente transferido para a reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento de Imposto de Renda.

O incentivo fiscal SUDENE foi renovado em novembro de 2011, através do Laudo Constitutivo nº. 0145/2011, com validade até 2020, tendo sido assegurada à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do IRPJ, calculado com base no lucro da exploração.

A Companhia apurou no trimestre findo em 31 de março de 2014 o valor de R\$ 23.062 (R\$ 52.372 em 31 de março de 2013) de incentivo fiscal SUDENE, calculado com base no Lucro da Exploração, aplicando a redução de 75% do imposto de renda apurado pelo Lucro Real.

b) Reserva Legal

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. A Companhia não constituiu reserva legal no exercício por já ter atingido esse limite.

c) Reserva de Retenção de Lucros

A Lei das S.A permite às sociedades reterem parcela do lucro líquido do exercício, prevista em orçamento de capital, previamente aprovado pela Assembléia Geral.

Outros Resultados Abrangentes

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
 Em 31 de março de 2014
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Estão sendo reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes os ajustes decorrentes da alteração da regra contábil, CPC 33 (R1) / IAS 19 – Benefícios a Empregados, decorrente da mudança no conceito de retornos esperados sobre ativos do plano de benefício definido de previdência privada.

23. RECEITA LÍQUIDA

Segue a composição da receita líquida por natureza e suas deduções:

	Ref.	31/03/14	31/03/13
Fornecimento de energia	(a)	646.269	576.760
Receita de distribuição		550.127	501.011
Remuneração financeira wacc		96.142	75.749
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	(b)	808.391	1.016.435
Receita de distribuição		806.071	1.014.317
Remuneração financeira wacc		2.320	2.118
Receita de construção da infraestrutura da concessão		189.492	304.375
Outras receitas	(c)	75.255	26.050
Total receita bruta		1.719.407	1.923.620
(-) Deduções da receita bruta	(d)	(447.616)	(486.578)
Total receita operacional líquida		1.271.791	1.437.042

(a) Fornecimento de energia

Composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumo:

Ref.	Nº de consumidores faturados (*)		MWh (*)		R\$ mil	
	31/03/14	31/03/13	31/03/14	31/03/13	31/03/14	31/03/13
Consumidores:						
Residencial	4.771.604	4.609.768	1.690.303	1.565.451	616.298	700.599
Industrial	19.052	19.909	657.995	625.913	170.954	175.093
Comercial	331.321	320.261	816.180	778.755	326.012	367.111
Rural	208.341	205.417	332.460	348.308	58.910	69.034
Poder público	46.780	46.140	168.113	167.579	58.107	68.962
Iluminação pública	16.357	16.251	219.715	202.219	37.347	38.477
Serviço público	10.431	9.806	221.701	211.483	44.506	46.482
Consumo próprio	436	425	3.964	3.994	-	-
Suprimento	2	1	-	-	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	(6.220)	(22.465)
Reclassificação da receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor cativo (1)	-	-	-	-	(774.244)	(973.098)
	5.404.324	5.227.978	4.110.432	3.903.702	531.670	470.195
Subvenções	-	-	-	-	114.599	106.565
Total	5.404.324	5.227.978	4.110.432	3.903.702	646.269	576.760

(1) Em atendimento ao Despacho ANEEL nº 1.618 de 23/04/2008, a Companhia efetuou a segregação da receita de comercialização e distribuição utilizando uma “turd média” calculada a partir da turd homologada para consumidores cativos.

(*) Informações não revisadas

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Receita pela disponibilidade da rede elétrica

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres e cativos com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

	<u>Ref.</u>	<u>31/03/14</u>	<u>31/03/13</u>
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor livre		34.147	43.337
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor Cativo	(1)	<u>774.244</u>	<u>973.098</u>
		<u><u>808.391</u></u>	<u><u>1.016.435</u></u>

(1) Vide comentários nota (a), acima.

(c) Outras Receitas

	<u>31/03/14</u>	<u>31/03/13</u>
Renda da prestação de serviços	3.071	4.740
Arrendamentos e aluguéis	7.663	6.873
Serviço taxado	2.639	2.937
Taxa de iluminação pública	1.233	1.347
Administração de faturas de fraudes	298	80
Comissão serviços de terceiros	969	976
Ressarcimento Energia	<u>59.382</u>	<u>9.097</u>
	<u><u>75.255</u></u>	<u><u>26.050</u></u>

(d) Deduções da Receita Bruta

	<u>31/03/14</u>	<u>31/03/13</u>
IMPOSTOS:		
ICMS	(292.039)	(320.390)
PIS	(24.434)	(24.030)
COFINS	(112.658)	(112.248)
ISS	(1.388)	(1.094)
ENCARGOS SETORIAIS:		
Quota para reserva global de reversão - RGR	-	(5.378)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(2.631)	(2.631)
Subvenção – conta consumo de combustível – CCC	-	(8.740)
Programa de Eficientização Energética - PEE	(5.780)	(5.071)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(2.312)	(2.029)
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	(1.156)	(1.014)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(2.312)	(2.029)
Outros	<u>(2.906)</u>	<u>(1.924)</u>
Total	<u><u>(447.616)</u></u>	<u><u>(486.578)</u></u>

24. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS DO SERVIÇO

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Custo / Despesas	31/03/14			31/03/13	
	Custos dos serviços	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	(32.496)	(13.215)	(25.085)	(70.796)	(59.857)
Administradores	-	-	(828)	(828)	(731)
Entidade de previdência privada	(1.424)	(432)	(986)	(2.842)	(2.444)
Material	(1.976)	(590)	(233)	(2.799)	(4.184)
Serviços de terceiros	(41.528)	(54.248)	(19.340)	(115.116)	(110.275)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica-TFSEE	(2.432)	-	-	(2.432)	(2.281)
Energia elétrica comprada para revenda	(596.460)	-	-	(596.460)	(401.756)
Encargos de uso de rede	(55.343)	-	-	(55.343)	(129.470)
Amortização	(61.662)	(8.883)	(2.826)	(73.371)	(68.653)
Arrendamentos e aluguéis	(404)	(36)	(1.011)	(1.451)	(1.127)
Tributos	(7)	(13)	(2.741)	(2.761)	(2.982)
Provisões líquidas - PCLD	-	7.964	-	7.964	(16.808)
Perdas conta a receber/consumidores	-	(11.139)	-	(11.139)	(1.415)
Provisões líquidas - contingências	-	-	1.922	1.922	314
Custo de construção da infraestrutura da concessão	(189.493)	-	-	(189.493)	(304.375)
Outros ganho / perdas / alienação / cancelamento / desativação	-	-	(1.131)	(1.131)	(1.712)
Outros	(1.052)	(894)	(9.297)	(11.243)	(11.700)
Total custos / despesas	(984.277)	(81.486)	(61.556)	(1.127.319)	(1.119.456)

25. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

Receita Financeira	31/03/14	31/03/13
Renda de aplicações financeiras	11.408	4.365
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia	18.847	21.418
Variação monetária	74.901	8.849
Variação cambial	95.227	29.519
Operações swap	44.562	17.044
Receita Financeira da Concessão	32.318	14.140
Outras receitas financeiras	15.061	3.169
Total	292.324	98.504

Despesa Financeira	31/03/14	31/03/13
Encargos de dívida	(46.106)	(43.593)
Variação monetária	(87.826)	(26.120)
Variação cambial	(52.985)	(17.449)
Operações swap	(113.692)	(39.985)
Multas regulatórias	(9.372)	(11.940)
Perda acréscimos moratórios	(4.190)	(412)
Deficit com Plano de Saúde	(6.896)	-
Outras despesas financeiras	(13.509)	(2.510)
Total	(334.576)	(142.009)

26. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Em 31 de março de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/03/2014				31/03/2014				31/03/2013				31/12/2013			
	Ref.	Resultado	Ativo		Passivo		Resultado	Ativo		Passivo		Resultado	Ativo		Passivo	
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Controladas																
NEOENERGIA S.A	(e)	(282)	-	-	-	100.155	2.402	102.557	(138)	-	-	-	102.557	-	102.557	
NEOENERGIA INVESTIMENTOS S.A.		-	-	-	-	-	-	-	101	-	-	-	-	-	-	
CELPE	(b) / (h)	1286	409	2317	2.726	153	153	(1.356)	-	-	-	149	-	149		
ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.	(a.1) / (g) / (h)	(86.971)	14	3.657	3.651	29.955	29.955	(80.460)	13	-	13	58.944	-	58.944		
TERMOPERNAMBUCO S.A	(a.1)	(23.420)	-	-	-	12.925	12.925	(20.612)	-	-	-	21.234	-	21.234		
BAGUIARI 1 GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	(a.2)	(1.011)	-	-	-	447	447	(925)	-	-	-	442	-	442		
GOÁS SUL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.	(a.2)	(623)	-	-	-	275	275	(570)	-	-	-	272	-	272		
RIO PCH I S.A.	(a.2)	(341)	-	-	-	152	152	(308)	-	-	-	151	-	151		
BAHIA PCH I S.A.	(b) (h)	177	59	-	59	-	-	177	119	-	119	-	-	-		
SE NARANDINA S.A.	(c) / (d)	(922)	-	-	-	397	397	(900)	-	-	-	398	-	398		
NC ENERGIA S.A.	(a.1)	(8.022)	-	-	-	2.139	2.139	(4.623)	-	-	-	2.151	-	2.151		
NEOENERGIA SERVIÇOS LTDA		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
AFLUENTE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	(a.1) / (b)	(5.907)	85	-	85	2.121	2.121	(5.468)	172	-	172	2.121	-	2.121		
AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.	(c) / (d) / (e) / (g)	(3.206)	11	-	11	1.425	1.425	(2.920)	6	-	6	1.372	-	1.372		
		(129.242)	578	6.135	6.713	150.144	2.402	152.546	(118.003)	310	-	310	189.791	-	189.791	
Controlé conjunto																
ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA	(a.2)	(4.280)	-	-	-	1.430	1.430	(3.918)	-	-	-	1.871	-	1.871		
CALANGO 1 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a.2)	(847)	-	-	-	94	94	-	-	-	-	94	-	94		
CALANGO 2 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a.2)	(820)	-	-	-	80	80	-	-	-	-	80	-	80		
CALANGO 3 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a.2)	(847)	-	-	-	94	94	-	-	-	-	94	-	94		
CALANGO 4 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a.2)	(833)	-	-	-	87	87	-	-	-	-	87	-	87		
CALANGO 5 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a.2)	(844)	-	-	-	92	92	-	-	-	-	92	-	92		
MEL 2 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a.2)	(786)	-	-	-	63	63	166	-	-	-	63	-	63		
ARIZONA 1 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a.2)	(779)	-	-	-	84	84	-	-	-	-	85	-	85		
CAETITÊ 2 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a.2)	(737)	-	-	-	77	77	202	-	-	-	78	-	78		
CAETITÊ 3 ENERGIA RENOVÁVEL S/A	(a.2)	(738)	-	-	-	78	78	204	-	-	-	78	-	78		
		(11.511)	-	-	-	2.179	2.179	(3.347)	-	-	-	2.622	-	2.622		
Coligadas																
AMARA BRASIL	(f)	(1.252)	-	-	-	427	427	-	-	-	-	420	-	420		
		(1.252)	-	-	-	427	427	-	-	-	-	420	-	420		
Controladores																
Previ - Caixa de Prev. dos Func. do Banco do Brasil		-	-	-	-	2.520	2.520	-	-	-	-	2.520	-	2.520		
Iberdrola Energia S.A.		-	-	-	-	7.943	7.943	-	-	-	-	7.943	-	7.943		
BB - Banco de Investimentos S.A.	(i)	(78)	-	-	-	1.314	1.314	(79)	-	-	-	1.392	-	1.392		
Fundo Mútu Inv. em Ações Cart. Liv. - BB Carteira Livre I		-	-	-	-	3.636	3.636	-	4.381	-	4.381	-	-	-		
Outros minoritários		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.254	-	4.254		
		(78)	-	-	-	15.413	15.413	(79)	4.381	-	4.381	16.109	-	16.109		
		(142.083)	578	6.135	6.713	168.163	2.402	170.565	(121.429)	4.691	-	4.691	208.942	-	208.942	

	31/03/2014				31/03/2014				31/03/2013				31/12/2013			
	Resultado	Ativo		Passivo		Resultado	Ativo		Passivo		Resultado	Ativo		Passivo		
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Total
Receita																
Fornecimento de energia elétrica	2.304	-	-	-	-	-	-	-	1.319	-	-	-	-	-	-	
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	307	-	-	-	-	-	-	-	632	-	-	-	-	-		
Outras receitas	1.997	-	-	-	-	-	-	-	457	-	-	-	-	-		
Outras receitas financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	230	-	-	-	-	-		
	(144.387)	-	-	-	-	-	-	-	(122.748)	-	-	-	-	-		
Despesa																
Energia elétrica comprada para revenda	(138.096)	-	-	-	-	-	-	-	(117.226)	-	-	-	-	-		
Encargos de uso do sistema de transmissão	(4.677)	-	-	-	-	-	-	-	(5.172)	-	-	-	-	-		
Serviços de terceiros	(1.536)	-	-	-	-	-	-	-	(271)	-	-	-	-	-		
Outras despesas financeiras	(78)	-	-	-	-	-	-	-	(79)	-	-	-	-	-		
Contribuição Patronal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
	-	578	6.135	6.713	-	-	-	-	4.691	-	4.691	-	-	-		
Ativo																
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	-	-	-	4.381	-	4.381	-	-	-		
Contas a receber de clientes e outros	-	578	-	578	-	-	-	-	310	-	310	-	-	-		
Juros sobre capital próprio a receber	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Outros ativos circulantes	-	-	6.135	6.135	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
	-	578	6.135	6.713	-	-	-	-	4.691	-	4.691	-	-	-		
Passivo																
Fornecedores	-	-	-	-	168.163	2.402	170.565	-	-	-	-	208.942	-	208.942		
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	52.693	-	52.693	-	-	-	-	192.833	-	192.833		
Outros passivos circulantes	-	-	-	-	114.160	-	114.160	-	-	-	-	16.109	-	16.109		
	-	-	-	-	1.310	2402	3.712	-	-	-	-	-	-	-		
	(142.083)	578	6.135	6.713	168.163	2.402	170.565	(121.429)	4.691	-	4.691	208.942	-	208.942		

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

(a) Contratos de suprimento de energia elétrica nos mercados

a.1) Contratação Bilateral (Iniciais), aprovadas pela ANEEL

Itapebi – Contratos nºs 4600010159 e 4600007239, com vigência até 01 novembro de 2016 e 15 de abril de 2017, respectivamente, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

NC Energia – Contrato nº 4600007278, com vigência até 30 de abril de 2017, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

Termopernambuco – Contrato nº 4600007277, com vigência até 31 de dezembro de 2023, corrigido anualmente com base na variação do IGPM.

Afluenta Geração – Contrato nº 4600009536, com vigência até 08 de agosto de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

a.2) Contratação no Ambiente Regulado (CCEAR), através dos Leilões de Energia promovidos e regulamentados pela ANEEL.

Energética Águas da Pedra S/A - EAPSA – Contrato nº 4600020386, com vigência até 31 de dezembro de 2040, corrigido anualmente pela variação do IPCA.

Rio PCHI - Contratos nºs 4600015317 e 4600015318, com vigência até 31 de dezembro de 2038, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Goiás Sul – Contratos nºs 4600017695 e 4600017700 com vigência até 31 de dezembro de 2039, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Baguari - Contrato nº 4600017675 com vigência até 31 de dezembro de 2039, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Mel 2 - Contrato nº 4600026047 com vigência até 31 de dezembro de 2032, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Arizona 1 - Contrato nº 4600026039 com vigência até 31 de dezembro de 2032, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Caetite 2 - Contrato nº 4600026040 com vigência até 31 de dezembro de 2032, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Caetite 3 - Contrato nº 4600026041 com vigência até 31 de dezembro de 2032, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Calango 1 Energia Renovável S.A - Contrato nº 4600026042 com vigência até 31 de dezembro de 2032, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Calango 2 Energia Renovável S.A - Contrato nº 4600026043 com vigência até 31 de dezembro de 2032, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Calango 3 Energia Renovável S.A - Contrato nº 4600026044 com vigência até 31 de dezembro de 2032, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Calango 4 Energia Renovável S.A - Contrato nº 4600026045 com vigência até 31 de dezembro de 2032, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Calango 5 Energia Renovável S.A - Contrato nº 4600026046 com vigência até 31 de dezembro de 2032, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

(b) Contratos de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD)

Afluentes Geração - Contrato nº 0220928845, com vigência até agosto de 2027, corrigido anualmente através do reajuste tarifário ANEEL.

Bahia PCH - Contrato nº 7003821506, corrigido anualmente através do reajuste tarifário ANEEL com vigência até dezembro de 2029.

Celpe - Contrato de nº 4600013697, com vigência até 31 de janeiro de 2020, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

Celpe - Contrato de nº 15536355, com vigência até julho de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

(c) Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)

Afluentes Transmissão - Contrato nº 4600007292, entre Afluentes, Coelba e o ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico, com vigência até agosto de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

SE Narandiba - Contrato nº 4600007292, entre Afluentes, Coelba e o ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico, com vigência até agosto de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

(d) Contratos de Conexão do Sistema de Transmissão (CCT)

Afluentes Transmissão - Contrato nº 4600019786 referente ao uso/conexão do sistema de transmissão da Afluentes, com vigência até agosto de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

SE Narandiba - Contrato nº 4600022506 referente ao uso/conexão do sistema de transmissão da Afluentes, com vigência até agosto de 2027, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

(e) Contratos de locação de imóveis

Neoenergia S/A - Contrato nº 4600020482 referente à locação de imóvel não residencial, vigência até 30 de junho de 2014, corrigidos anualmente pela variação do IGPM.

Afluentes Transmissão - Contrato nº 4600024323 referente à locação de imóveis na SE Tomba e SE Brumado, respectivamente, ambos com vigência até 31 de dezembro de 2014, corrigidos anualmente pela variação do IGPM.

(f) Contratos de prestação de serviços

Amara Brasil - Contrato nº. 4600022337, referente à administração e logística de almoxarifado, corrigido anualmente pela variação do IPCA, com vencimento em 15 de agosto de 2014.

(g) Contratos de energia fornecida

Itapebi – Contratos nºs 0214924269 e 0070018241 corrigido anualmente através do reajuste tarifário ANEEL.

Afluentes Transmissão – Contratos nº 7008092790 corrigido anualmente através do reajuste tarifário ANEEL.

Adicionalmente a Companhia realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em sua área de concessão (consumidores cativos), com valores definidos através de tarifas reguladas pela ANEEL.

(h) Debêntures aplicação/emissão

Regulamento BB POLO 28 Fundo de Investimento Renda Fixa com longo prazo de crédito privado.

(i) Custo de Captação

Referente ao contrato Banco do Brasil nº 342.901.039/2010 e emissão de BONDS no exterior.

(j) Remuneração da administração

A remuneração total dos administradores da Companhia para o exercício findo em 31 de março de 2014 é de R\$ 775 (R\$ 715 em 31 de março de 2013). A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

A Administração da Companhia entende que as operações comerciais realizadas com partes relacionadas estão em condições usuais de mercado.

27. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40 e alteração da Deliberação CVM nº. 684, de 30 de agosto de 2012, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 40(R1), a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

Considerações gerais e políticas

A administração dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política Financeira do Grupo que foi aprovada pelo Conselho de Administração da NEOENERGIA. Dentre os objetivos dispostos na Política estão: proteção de 100% da dívida em moeda estrangeira, o financiamento dos investimentos da Companhia com Bancos de Fomento, alongamento de prazos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. Além dessa Política a empresa monitora seus riscos através de uma gestão de controles internos que tem como objetivo o monitoramento contínuo das operações contratadas, proporcionando maior controle das operações realizadas pelas empresas do grupo.

Ainda de acordo com a Política Financeira, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico de proteção com relação a eventuais exposições de moedas ou taxas de juros.

Com relação às aplicações financeiras, a Companhia segue a Política de Crédito do Grupo que estabelece limites e critérios para avaliação e controle do risco de crédito ao qual a empresa pode estar exposta. De acordo com essa política, a seleção das instituições financeiras considera a reputação das instituições no mercado e as operações são realizadas ou mantidas apenas com emissores que possuem rating considerado estável ou muito estável.

Gestão do Capital Social

A Companhia promove a gestão de seu capital através de políticas que estabelecem diretrizes qualitativas aliadas a parâmetros quantitativos que visam a monitorar seu efetivo cumprimento.

A gestão do capital consiste em estabelecer níveis de alavancagem que maximizam valor para a empresa, considerando o benefício fiscal da dívida, o custo de endividamento e todos os diversos aspectos envolvidos na definição da estrutura ótima de capital.

Não houve alterações dos objetivos, políticas ou processos durante o trimestre findo em 31 de março de 2014.

Em 31 de março de 2014, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa – valores considerados como mantido para negociação e por isso, classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado.
- Títulos e valores mobiliários – (a) Ativos financeiros destinados para garantias de empréstimos, financiamentos e leilões de energia são classificados como mantidos até o vencimento e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Além disso, os títulos e valores mobiliários também representam os fundos exclusivos compostos por papéis com vencimentos acima de 90 dias, considerados como mantidos para negociação e classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado.
- Contas a receber de clientes e outros – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro) – Indenização - Composto pelo reconhecimento das indenizações previstas pela construção de ativos de distribuição que não foram amortizados durante o período de concessão.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Em 31 de março de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Fornecedores – decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.
- Empréstimos, financiamentos e debêntures

O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

- ✓ Empréstimos e financiamentos em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais (custo amortizado), e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores justos destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Trata-se de instrumentos financeiros com características oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos em distribuição de energia, com custos subsidiados, atrelados à TJLP – Taxa de Juros do Longo Prazo ou com taxas prefixadas, e do capital de giro da Companhia, com custos atrelados à CDI – Certificado de Depósito Interbancário.
- ✓ Debêntures em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais (custo amortizado), e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores justos calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela ANBIMA, sendo utilizadas como projeção dos seus indicadores as curvas da BM&F em vigor na data do balanço.
- ✓ Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e debêntures em moeda nacional indexada a variação cambial são considerados como itens objeto de hedge, classificado como passivo financeiro mensurado a valor justo por meio do resultado.
- Instrumentos Financeiros Derivativos:

Os derivativos são mensurados a valor justo por meio do resultado da mesma forma como as dívidas a eles atreladas. Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a chamada contabilização de hedge (hedge accounting).

- ✓ Operação com derivativo para proteção contra variações cambiais – têm por objetivo a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas em moeda estrangeira e em moeda nacional indexada a variação cambial sem nenhum caráter especulativo. Esses se apresentam compondo ou compensando os passivos financeiros objetos de proteção, pois serão liquidados em prazo e volumes semelhantes.
- ✓ Operação com derivativo para troca de taxa de juros – consiste na troca do resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa pré fixada, equivalente aos juros de um empréstimo, pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de percentual da taxa DI, sem nenhum caráter especulativo. Esses se apresentam compondo ou compensando os passivos financeiros objetos de proteção, pois serão liquidados em prazo e volumes semelhantes.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
 Em 31 de março de 2014
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia não possui outros instrumentos financeiros derivativos, reconhecidos ou não como ativo ou passivo no balanço patrimonial, tais como contratos futuros ou opções (compromissos de compra ou venda de moeda estrangeira, índices ou ações), contratos a termo ou qualquer outro derivativo, inclusive aqueles denominados "exóticos".

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra a variação cambial, utilizando swap dólar para CDI e IGP-M, e troca de taxa de juros, utilizando swap de taxa prefixada para CDI, conforme descrito a seguir:

- ✓ Operação de “hedge” para a totalidade do endividamento com exposição cambial, de forma que os ganhos e perdas dessas operações decorrentes da variação cambial sejam compensados pelos ganhos e perdas equivalentes das dívidas em moeda estrangeira.

A política da Companhia não permite a contratação de derivativos exóticos, bem como a utilização de instrumentos financeiros derivativos com propósitos especulativos.

Os derivativos e respectivos itens objeto de proteção foram ajustados ao valor justo. A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção foram registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício.

Os contratos de derivativos, considerados instrumentos de proteção de fluxo de caixa, vigentes em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013 são como segue:

Descrição	Contraparte	Data dos Contratos	Data de Vencimento	Posição	Valores de Referência				Valor Justo		Efeito acumulado 31/03/14 Valor a receber/recebido - a pagar/pago
					Moeda Estrangeira		Moeda Local		31/03/14	31/12/13	
					31/03/14	31/12/13	31/03/14	31/12/13			
Contratos de swaps:											
Swap Ativa	Bancos Citibank	22/06/2010 / 26/08/2010 / 10/12/2010	26/06/2015	USD 6M LIBOR + 1,875 % a.a.	USD 150.000	USD 150.000	RS 284.912	RS 284.912	344.324	355.194	(17.815)
Swap Passiva	Merrill Lynch e BNP Paribas			103,27% / 100,40% e 102,87% do CDI					292.178	285.233	
									52.146	69.961	
Swap Ativa	Banco Votorantim	30/07/2004	27/01/2014	USD + 13,4853% a.a.	USD -	USD 1.373	RS -	RS 4.150	-	7.366	(178)
Swap Passiva				IGPM + 13,95% a.a.					-	24.014	
									-	(16.648)	
Swap Ativa	Banco de Tokyo	03/12/2012	14/06/2018	114,29% * (USD Libor 3M+0,80% a.a)	USD 50.000	USD 50.000	RS 104.005	RS 104.005	111.000	113.514	(4.817)
Swap Passiva				CDI + 0,60% a.a.					104.490	104.416	
									6.510	9.098	
Swap Ativa	Bank of America Merrill Lynch	13/11/12 / 16/11/12 / 19/11/12	14/06/2018 / 20/12/2018	117,65% * (USD Libor 3M+1,70% a.a)	USD 209.900	USD 209.900	RS 439.032	RS 439.032	485.850	498.233	(20.775)
Swap Passiva				CDI + 0,552% a.a. / CDI + 0,60% a.a. / CDI + 0,61% a.a. / 106% do CDI					441.057	440.727	
									44.813	57.507	
Swap Ativa	Citibank	22/11/2013	03/12/2018	117,65%*(USD Libor 3M+0,970% a.a)	USD 98.000	USD 98.000	RS 225.400	RS 225.400	219.629	225.090	(10.274)
Swap Passiva				104,5% do CDI					227.001	227.063	
									(7.372)	(1.973)	
Swap Ativa	JP Morgan	03/12/2013	17/12/2018	3,4588% a.a.	USD 24.500	USD 24.500	RS 58.065	RS 58.065	55.747	56.995	(2.208)
Swap Passiva				105% do CDI					58.309	58.291	
									(2.562)	(1.296)	
Total									93.535	116.650	(56.067)

Valor Justo

O Valor justo de um instrumento financeiro é o montante pelo qual o mercado precifica determinados ativos e passivos financeiros, considerando o não favorecimento das partes envolvidas.

A Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Para os passivos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado a metodologia utilizada é a de taxas de juros efetiva. Na maioria dos casos, essas operações foram fechadas com bancos de fomento ou agentes repassadores de linhas subsidiadas. Essas operações são bilaterais e não possuem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis as já apresentadas que possam ser parâmetro a determinação de seus valores justos. Dessa forma, a Companhia entende que os valores contábeis refletem o valor justo da operação.

Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, em sua maioria, aplicados em fundos restritos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo.

As assets possuem suas metodologias de marcação a mercado, em conformidade com o Código ANBIMA de Regulação e Melhores práticas.

Para os passivos financeiros classificados como mensurados a valor justo, aos quais são as dívidas vinculadas aos instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de proteção (hedge), a Companhia adota a metodologia de determinação de valor justo projetando os fluxos com as características contratuais e a curva da BM&F. Para isso utiliza como taxa de desconto a taxa da ponta passiva do swap contratado. Não existe no mercado liquidez para as dívidas em moeda estrangeira, por isso foi adotada essa metodologia, considerando principalmente que a taxa da ponta passiva do swap reflete a precificação do mercado para o instrumento em questão.

A mensuração contábil da indenização e dos recebíveis decorrente da concessão é feita mediante a aplicação de critérios regulatórios contratuais e legais já descritos no descritos nesta demonstração. Para esses ativos não existe mercado ativo, e uma vez que todas as características contratuais estão refletidas nos valores contabilizados, o Grupo entende que o valor contábil registrado reflete os seus valores justos.

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, classificados pelas categorias de instrumentos financeiros, conforme disposto no CPC 38 e a comparação com os seus valores justos:

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/03/14		31/12/13	
	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Ativo financeiros (Circulante / Não circulante)				
Empréstimos e recebíveis	1.009.784	1.009.784	903.882	903.882
Contas a receber de clientes e outros	1.009.784	1.009.784	903.882	903.882
Mantidos até o vencimento	5.138	5.138	20.960	20.960
Titulos e valores mobiliários	5.138	5.138	20.960	20.960
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	468.369	468.369	574.600	574.600
Caixa e equivalentes de caixa	461.743	461.743	573.253	573.253
Titulos e valores mobiliários	6.626	6.626	1.347	1.347
Disponível para venda	1.683.908	1.683.908	1.593.886	1.593.886
Concessão do Serviço Público - Indenização	1.683.908	1.683.908	1.593.886	1.593.886
Passivo financeiros (Circulante / Não circulante)				
Mensurado pelo custo amortizado	2.918.829	2.918.743	2.825.687	2.825.687
Fornecedores	652.169	652.169	515.469	515.469
Empréstimos e financiamentos	2.185.401	2.185.401	2.231.012	2.231.012
Debêntures *	81.259	81.173	79.206	79.206
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	1.107.549	1.107.549	1.117.577	1.117.577
Empréstimos e financiamentos	1.201.085	1.201.085	1.226.862	1.226.862
Debêntures *	-	-	7.365	7.365
Derivativos não designados como hedge accounting				
Bank of America	(44.814)	(44.814)	(57.507)	(57.507)
Banco de Tokyo	(6.510)	(6.510)	(9.098)	(9.098)
Títulos Externos	(52.146)	(52.146)	(69.961)	(69.961)
3ª Emissão Debêntures	-	-	16.648	16.648
Citibank	7.372	7.372	1.973	1.973
JP Morgan	2.562	2.562	1.296	1.296

* Valor de mercado é meramente informativo

Hierarquia de Valor Justo

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado, de acordo com o nível de mensuração de cada um, considerando a seguinte classificação conforme previsto pelo CPC 40:

- Nível 1 – Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;

Nível 2 – Nível 2 – Inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e

- Nível 3 – Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/03/14			Total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos				
Ativos financeiros				
Disponível para venda				
Concessão do Serviço Público - Indenização	-	-	1.683.908	1.683.908
Mantidos para negociação				
Caixa e equivalentes de caixa	461.743	-	-	461.743
Títulos e valores mobiliários	6.626	-	-	6.626
Passivos				
Passivos financeiros				
Mantidos para negociação				
Empréstimos e Financiamentos				
Bank of America	-	476.414	-	476.414
Banco de Tokyo	-	109.748	-	109.748
Títulos Externos	-	345.397	-	345.397
Citibank	-	215.078	-	215.078
JP Morgan	-	54.448	-	54.448
Outros Passivos financeiros				
Derivativos não designados como hedge				
Bank of America	-	(44.814)	-	(44.814)
Banco de Tokyo	-	(6.510)	-	(6.510)
Títulos Externos	-	(52.146)	-	(52.146)
Citibank	-	7.372	-	7.372
JP Morgan	-	2.562	-	2.562
	<u>468.369</u>	<u>1.107.549</u>	<u>1.683.908</u>	<u>3.259.826</u>

Fatores de Risco

- Riscos financeiros
 - ✓ Risco de variação cambial

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de elevação nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e das debêntures em moeda nacional indexada a variação cambial captadas no mercado. A Companhia, visando assegurar que oscilações significativas nas cotações das moedas a que está sujeito seu passivo com exposição cambial não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possui em 31 de março de 2014, operações de “hedge” cambial, representando 100% do endividamento com exposição cambial.

Para o trimestre findo em 31 de março de 2014, a Companhia apurou um resultado negativo nas operações de “hedge” cambial no montante de R\$ 56.067 (R\$ 71.581, resultado positivo em 31 de dezembro de 2013).

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade do risco da variação da taxa de câmbio do dólar no resultado da Companhia, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
 Em 31 de março de 2014
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Administração da Sociedade entende que há necessidade de considerar os passivos com exposição à flutuação das taxas de câmbio e seus respectivos instrumentos derivativos registrados no balanço patrimonial.

Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por swaps, o risco de variação cambial é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

R\$ Mil							
Operação	Moeda	Risco	Cotação	Saldo	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
Dívida em Dólar							
Swap Ponta Ativa em Dólar	Dólar(\$)	Alta do Dólar	2	1.207.139	(20.981)	(26.226)	(31.471)
Exposição Líquida			2	1.207.672	24.822	31.027	37.232
					3.841	4.801	5.761

Para o cálculo dos valores no cenário provável acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos e as taxas de câmbio vigentes ao final do período. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III em 50% em relação ao cenário provável.

Os derivativos para proteção contra a variação cambial são mensurados pelo valor justo e seus ajustes são reconhecidos no resultado financeiro da Companhia.

✓ Risco de taxas de juros e índice de preços

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, tais como índices de preço que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. O Grupo monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia possuía, em 31 de março de 2014, aplicações financeiras atreladas ao CDI, bem como contratos de empréstimos e financiamentos atrelados ao CDI e à TJLP. Além desses contratos, como mencionado no item “Risco de variação cambial”, a empresa possuía swaps para cobertura das dívidas em moeda estrangeira e em moeda nacional indexada a variação cambial, trocando a exposição à variação do Dólar pela exposição à variação do CDI e IGP-M.

Desta forma, o risco da Companhia referente a essas operações passa a ser a exposição à variação do CDI e IGP-M.

A Companhia possui contratos corrigidos por taxas pré-fixadas no montante de R\$ 979.006 registrados pelo valor contábil. Alterações nas taxas de juros não influenciam o resultado decorrente desses contratos, por este motivo não foram considerados na análise de sensibilidade. A análise de sensibilidade demonstra os impactos no resultado da Companhia de uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
 Em 31 de março de 2014
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

							R\$ Mil
Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Saldo	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	2,4%	441.279	10.413	7.810	5.207
PASSIVOS FINANCEIROS							
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures							
Dívidas em CDI	CDI	Alta do CDI	2,4%	492.716	13.167	16.336	19.506
Swap Ponta Passiva em CDI	CDI	Alta do CDI	2,4%	1.123.014	30.126	36.883	43.639
Dívida em TJLP	TJLP	Alta da TJLP	1,2%	836.808	29.440	32.013	34.586

Para o cálculo dos valores no cenário provável acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos e as taxas vigentes ao final do período. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III em 50% em relação ao cenário provável. Para os rendimentos das aplicações financeiras, os cenários II e III consideram uma redução de 25% e 50%, respectivamente, em relação ao cenário provável.

Para os rendimentos das aplicações financeiras, foi considerada a projeção do CDI da BM&FBOVESPA para o período no cenário provável, uma redução de 25% no CDI projetado para o cenário II e uma redução de 50% para o cenário III.

✓ Risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos no vencimento. Este risco é controlado, através de um planejamento criterioso dos recursos necessários às atividades operacionais e à execução do plano de investimentos, bem como das fontes para obtenção desses recursos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa da empresa, através de projeções de curto e longo prazo, permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

A Política Financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o hedge da dívida em moeda estrangeira.

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na Política de Crédito do Grupo Neoenergia, com o objetivo de preservar a liquidez e mitigar o risco de crédito (atribuído ao rating das instituições financeiras). As aplicações da Companhia são concentradas em fundos exclusivos para as empresas do Grupo Neoenergia, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Em 31 de março de 2014 a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 441.279 sendo R\$ 437.598 em fundos exclusivos e R\$ 3.681 em outros ativos.

A tabela abaixo demonstra o valor total dos fluxos de obrigações da Companhia, com empréstimos, financiamentos, debêntures e fornecedores, e outros, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
 Em 31 de março de 2014
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Adicionalmente estão inclusos as previsões de fluxo de vencimentos das obrigações vinculadas às garantias oferecidas pela controladora à suas participadas de controle conjunto e coligadas.

	31/03/14								Acima de 5 anos
	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual total		Até 3 meses	2014	2015	2016	2017	
Passivos financeiros não derivativos:									
Empréstimos e financiamentos	3.386.485	4.810.872	153.321	256.022	534.007	993.187	1.167.216	1.466.462	240.655
Debêntures	81.259	85.120	43.442	41.677	-	-	-	-	-
Fornecedores	652.169	652.169	391.301	214.370	46.498	-	-	-	-
Passivos financeiros derivativos									
Não designados como hedge accounting:									
Bank of America	(44.814)	(112.056)	9.132	19.751	40.815	34.174	(114.306)	(101.622)	-
Banco de Tokyo	(6.510)	(21.164)	2.493	5.331	11.091	9.719	(27.251)	(22.547)	-
Títulos Externos	(52.146)	(57.533)	(10.366)	(18.543)	(28.624)	-	-	-	-
Citibank	7.372	(22.655)	4.986	11.355	23.790	21.074	16.931	(100.791)	-
JP Morgan	2.562	(3.641)	1.058	2.359	5.149	5.176	4.965	(22.348)	-

- Riscos operacionais

- ✓ Risco de crédito

O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de converter em caixa seus ativos financeiros.

Para os ativos financeiros oriundos das principais atividades realizadas pela Companhia de distribuição, existem limitações impostas pelo ambiente regulado, onde cabe a esse agente determinar alguns processos operacionais e administrativos, dentre eles, políticas de cobrança e mitigação dos riscos de crédito de seus participantes, os consumidores livres e cativos, concessionárias e permissionárias.

Para os demais ativos financeiros classificados como caixa e equivalentes e títulos e valores mobiliários a companhia segue as disposições da Política de Crédito da Companhia que tem como objetivo a mitigação do risco de crédito através da diversificação junto às instituições financeiras, centralizando as aplicações em instituições de primeira linha. As aplicações da Companhia são concentradas em fundos restritos para a Companhia, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Garantias e outros instrumentos de melhoria de créditos obtidos

De uma forma geral, por questões econômicas ou regulatórias, não são tomadas garantias físicas ou financeiras dos créditos obtidos nas atividades fins da Companhia, o Contas a receber de clientes e outros.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Em 31 de março de 2014

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Sua principal exposição de risco de crédito é oriundo da possibilidade das empresas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, o Grupo monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira. Todas essas ações estão em conformidade com a regulamentação da atividade.

	31/03/14	31/12/13
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	461.743	573.253
Títulos e valores mobiliários	6.626	1.347
Empréstimos e recebíveis		
Contas a receber de clientes e outros	1.313.036	1.215.098
Mantidos até o vencimento		
Títulos e valores mobiliários	5.138	20.960
Disponível para venda		
Concessão do Serviço Público - Indenização	1.683.908	1.593.886

✓ Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (“covenants” financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida (vide nota explicativas nº. 14).

✓ Risco quanto à escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo da aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios, as usinas térmicas disponíveis e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para o próximo ano um novo programa de racionamento.

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Reajuste Tarifário Anual – IRT 2014

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 1.714 de 15 de abril de 2014, publicada no Diário Oficial da União do dia 17 de abril de 2014, homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual da Companhia, em 14,86%, dos quais 10,76% correspondem ao reajuste tarifário econômico e 4,10% aos componentes financeiros pertinentes.

COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA – COELBA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
Em 31 de março de 2014
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Considerando como referência os valores praticados atualmente, o efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da concessionária é de 15,35%.

As novas tarifas entraram em vigor a partir do dia 22 de abril de 2014 com vigência até 21 de abril de 2015.

Comentário de Desempenho

1. ÁREA DE CONCESSÃO

A Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA, é concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a explorar os sistemas de sub-transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, com atuação no Estado da Bahia, que atende a uma população estimada de 14 milhões de habitantes em 415 dos 417 municípios do Estado da Bahia.

A área de concessão da Companhia abrange aproximadamente 563 mil Km² e fornece diretamente cerca de 74,0% da energia elétrica no Estado da Bahia, sendo o restante fornecido por outras empresas, destacando-se a Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF.

2. EVOLUÇÃO DO NEGÓCIO

2.1. Mercado de Energia Elétrica

2.1.1. Número de Consumidores Ativo

A Companhia encerrou o 1T14 com um número total de 5.429.699 consumidores, o que representa um crescimento de 3,40% em relação ao mesmo período de 2013. Esse crescimento representa incremento de 178.474 novas unidades consumidoras.

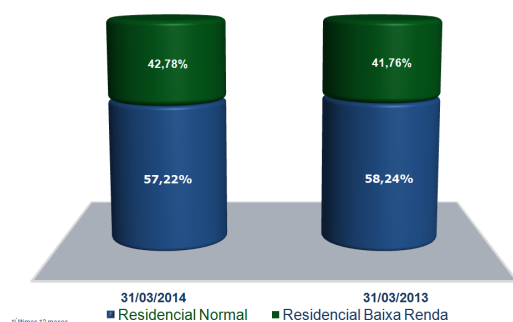
O acréscimo observado entre os períodos analisados está concentrado na classe residencial (convencional e baixa renda, conjuntamente), com mais 164.906 novos consumidores. Essa evolução representa, em essência, o crescimento vegetativo do mercado regulado da Coelba, reflexo dos investimentos para conexão de novos clientes à rede da Companhia, em especial pelos investimentos realizados através do Programa Luz para Todos (LPT).

A classe industrial apresentou decréscimo de 4,74% no número de consumidores ativos devido à migração de clientes de baixa tensão do mercado industrial regulado para o livre e, principalmente, às baixas contratuais, decorrente do desligamento de clientes.

Descrição	Evolução do número de consumidores ativos					
	1T14	1T13	Variação Vertical %		Variação Horizontal %	
			1T14	1T13	1T14	
Residencial	4.793.503	4.628.597	88,28%	88,14%	164.906	3,56%
Comercial	333.269	322.757	6,14%	6,15%	10.512	3,26%
Industrial	19.054	20.003	0,35%	0,38%	-949	-4,74%
Rural	209.314	206.661	3,85%	3,94%	2.653	1,28%
Poder Público	47.093	46.509	0,87%	0,89%	584	1,26%
Iluminação Pública	16.430	16.326	0,30%	0,31%	104	0,64%
Serviço Público	10.598	9.946	0,20%	0,19%	652	6,56%
Subtotal	5.429.261	5.250.799	99,99%	99,99%	178.462	3,40%
Consumo Próprio	436	425	0,01%	0,01%	11	2,59%
Suprimento	2	1	0,00%	0,00%	1	100,00%
Total	5.429.699	5.251.225	100,00%	100,00%	178.474	3,40%

2.1.1.1. Participação do Segmento Baixa Renda na Classe Residencial (%)

O número de consumidores residenciais em março de 2014 representa 88,28% do total de clientes/contratos ativos, e destes 42,78% são consumidores enquadrados como residencial baixa renda, em conformidade com a Lei nº. 12.212/2010, regulamentada pela Resolução ANEEL nº. 414/2010. Em março de 2013 esse número era de 41,76%, e o aumento de 1,02 p.p. deve-se ao enquadramento dos clientes nos novos critérios adotados pela ANEEL para a concessão do benefício, baseados não apenas no consumo, mas em índices de renda e adesão aos demais programas sociais do governo federal.



2.2. Energia Vendida

No 1T14 a Receita com Fornecimento de Energia Elétrica na Companhia alcançou R\$ 1.312.133, apresentando redução de 10,48%, equivalente a R\$ 153.625 em relação ao mesmo período do ano anterior que foi de R\$ 1.465.758.

O volume total de energia vendida no mercado regulado da Companhia no 1T14 foi de 4.110.432 MWh, representando um acréscimo de 5,30% quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

A classe residencial apresentou um crescimento de 7,98%, atingindo um consumo de 1.690.303 MWh. Esta classe detém a maior parcela do consumo total da Coelba, com uma participação de 41,12% e tem se beneficiado de programas sociais como o Luz para Todos e políticas de “distribuição de renda” como o bolsa família, para melhorar seu desempenho no período considerado.

A classe comercial apresentou um acréscimo de 4,81% com o consumo de energia evoluindo de forma constante em relação ao verificado no ano passado. O aquecimento nas vendas do comércio varejista da Bahia, em janeiro de 2014, segundo a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) pode ser explicado pelo estímulo provocado nos consumidores com o reajuste de 6,78% no salário mínimo e as liquidações realizadas no período.

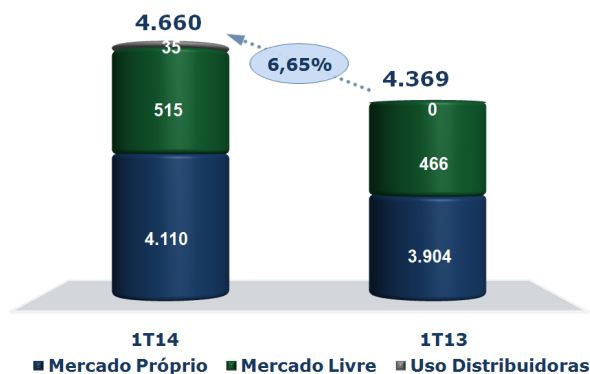
A classe industrial registrou um acréscimo de 5,13% sendo esse resultado reflexo de uma estabilidade do processo de migração de clientes do mercado industrial regulado para o livre.

Em decorrência dos níveis de precipitações registrados principalmente no mês de março de 2014, tanto no Estado da Bahia como nas principais regiões de irrigação (norte e oeste), não houve um uso mais intenso de equipamentos de irrigação, tendo registrado na classe rural um decréscimo de 4,55% no primeiro trimestre.

Classe	1T14		1T13		Variação Horizontal 1T14/1T13 %		Variação Vertical 1T14 %	
	Receita (R\$ mil)	Volume (MWh)	Receita (R\$ mil)	Volume (GWh)	Receita (R\$ mil)	Volume (GWh)	Receita (R\$ mil)	Volume (GWh)
Residencial	616.298	1.690.303	700.599	1.565.451	-12,03%	7,98%	46,97%	41,12%
Comercial	326.012	816.180	367.111	778.755	-11,20%	4,81%	24,85%	19,86%
Industrial	170.954	657.995	175.093	625.913	-2,36%	5,13%	13,03%	16,01%
Rural	58.910	332.460	69.034	348.308	-14,67%	-4,55%	4,49%	8,09%
Poder Público	58.107	168.113	68.962	167.579	-15,74%	0,32%	4,43%	4,09%
Iluminação Pública	37.347	219.715	38.477	202.219	-2,94%	8,65%	2,85%	5,35%
Serviço Público	44.506	221.701	46.482	211.483	-4,25%	4,83%	3,39%	5,39%
Subtotal	1.312.133	4.106.467	1.465.758	3.899.708	-10,48%	5,30%	100,00%	99,90%
Consumo Próprio	-	3.964	-	3.994	-	-0,74%	-	0,10%
Total	1.312.133	4.110.432	1.465.758	3.903.702	-10,48%	5,30%	100,00%	100,00%

2.3. Energia Distribuída em GWh

A energia distribuída que é a soma do que vendemos para o mercado cativo mais o que é distribuído para o mercado livre, mais a energia entregue a outras concessionárias ou permissionárias de distribuição totalizou no 1T14 4.660 GWh, apresentando um aumento de 6,65 % em relação ao mesmo período do ano anterior.



2.4. Balanço Energético - MWh

LEGENDA	
	1º Trimestre de 2014
	1º Trimestre de 2013

LEILÃO ENERGIA EXISTENTE	%
85.450	1,74%
82.172	1,80%
ITAPEBI	
463.102	9,44%
463.102	10,16%
QUOTAS ANGRA	
165.106	3,37%
166.000	3,64%
QUOTAS REPOSIÇÃO	
2.192.093	44,69%
2.072.324	45,45%
TERMOPE	
140.465	2,86%
140.465	3,08%
NC ENERGIA	
23.995	0,49%
19.410	0,43%
AFLUENTE	
36.737	0,75%
36.737	0,81%
PROINFA	
87.265	1,78%
89.819	1,97%
MCSD	
12.186	0,25%
11.206	0,25%
LEILÃO ENERGIA NOVA	
1.339.629	27,31%
1.123.999	24,85%
TERMOAÇU	
358.726	7,31%
354.404	7,77%

Contratos	
	4.904.755
	4.569.637
Uso Distribuidoras	
	34.573
	70
Mercado Livre	
	514.675
	465.521
Perdas Rede Básica	
	84.563
	84.765
Sobras	
	-72.092
	-221.346

Injetada	Injetada
5.441.533	5.441.533
5.161.808	5.161.808

Mercado Próprio	%
4.110.432	75,54%
3.903.703	75,63%
Mercado Livre	
514.675	9,45%
465.521	9,02%
Perda Distribuição	
781.853	14,37%
792.514	15,35%
Uso Distribuidoras	
34.573	0,64%
70	0,00%

Residencial	%
1.690.303	41,12%
1.565.451	40,10%
Industrial	
657.995	16,01%
625.913	16,03%
Comercial	
816.180	19,86%
778.755	19,95%
Rural	
332.460	8,09%
348.308	8,92%
Outros	
613.494	14,93%
585.275	14,99%

A energia injetada atingiu o patamar de **5.441.533** MWh no 1T14, um crescimento de 5,42% com relação a igual período de 2013. Do total da energia injetada, 75,54% foi destinada ao consumo regulado, 9,46% para o consumo do mercado livre, 0,64% Uso das Distribuidoras e 14,37% representam perdas no processo de distribuição.

O mercado livre apresentou um aumento expressivo de 10,56% no primeiro trimestre de 2014 com relação ao mesmo trimestre de 2013, com um consumo de 514.675 MWh. Tal crescimento se deve à saída de clientes do mercado regulado para o mercado livre.

No primeiro trimestre de 2014, as perdas de distribuição de energia elétrica (técnicas e comerciais) apresentaram um decréscimo de 1,35 p.p, em relação ao mesmo período do ano anterior.

2.5. Reajuste / Revisão Tarifária

Conforme previsto nos Contratos de Concessão da COELBA, o processo de reajuste e revisão tarifária são determinantes para o entendimento da receita do segmento de distribuição de energia elétrica.

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 1.511 de 16 de abril de 2013, publicada no Diário Oficial da União do dia 19 de abril de 2013, homologou o resultado da Revisão Tarifária Periódica da Companhia, em -6,06%, sendo -5,91% referentes ao reposicionamento tarifário econômico e -0,15% relativos aos componentes financeiros pertinentes, o que corresponde a um efeito médio de -7,92% a ser percebido pelos consumidores cativos.



As tarifas entraram em vigor no dia 22 de abril de 2013 com vigência até 21 de abril de 2014.

Para os consumidores atendidos em baixa tensão, que inclui os consumidores residenciais e baixa renda, a redução média foi de -9,90%. Os consumidores industriais e comerciais de médio e grande porte, atendidos em alta tensão, tiveram reposicionamento médio de -4,03%.

Os índices aprovados pela ANEEL incidem nas tarifas já reduzidas de acordo com a Revisão Tarifária Extraordinária anunciada em 24 de janeiro de 2013, conforme dispõe a Lei nº 12.873/2013.

2.6. Energia Contratada

No gráfico a seguir apresentamos a energia contratada para o período de 2014 a 2020 para o mercado da Companhia em 31/03/2014 baseada na expectativa de crescimento.

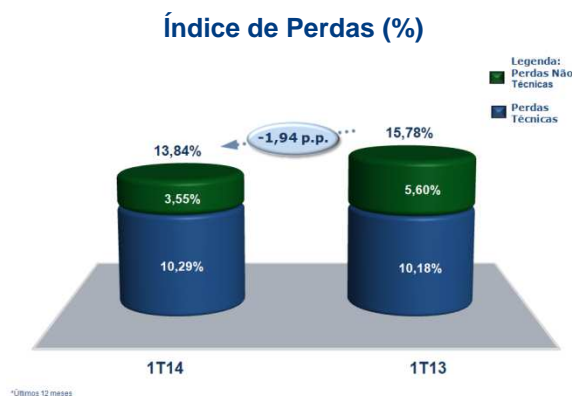
Projeção de Contratação de Energia 2014 a 2020 - GWh



2.7. Índice de Perdas

As perdas de energia correspondem às perdas totais englobando as perdas técnicas, montante de energia elétrica dissipada no processo de transporte de energia entre o suprimento e o ponto de entrega, e as perdas não técnicas, decorrentes das irregularidades no cadastro de consumidores, medição e instalações de consumo.

As perdas de energia são acompanhadas pela Companhia através do índice percentual que compara a diferença entre a energia requerida/comprada e a energia fornecida/faturada, acumuladas no período de 12 meses. Com base nessa metodologia, a seguir estão disponibilizados os índices de perdas da Distribuidora até março de 2014, comparado o mesmo período do ano anterior:



O índice de perdas globais da Companhia diminuiu 1,94 p.p., em decorrência basicamente da redução das perdas não-técnicas. O índice de perdas técnicas cresceu em função do aumento de 6,3% da energia injetada (no mesmo período) e a redução do índice de perdas não-técnicas é um reflexo das ações de combate às perdas comerciais.

As principais ações desenvolvidas foram:

- Realização de inspeções;
- Regularização de consumidores clandestinos com rede (financiamento de padrão), contribuindo para redução do número de inadimplentes, cortados e auto-religados, além da recuperação de créditos;
- Substituição de equipamentos de medição, com equipes de inspeção e de enlace;
- Melhoria da Gestão do Processo de Faturamento;
- Operação de blindagem de unidades com consumo relevante (clientes com medição em alta tensão ou com medição indireta) e unidades consumidoras em áreas populares, minimizando a possibilidade de realização de fraudes; e
- Monitoramento e telemedição de unidades consumidora.

2.8. Arrecadação

O Índice de Arrecadação mede a evolução da arrecadação em função do faturamento vencido até o período acumulados nos últimos 12 meses. Neste sentido, cabe ressaltar a influência direta das ações de cobrança que interferem no comportamento de pagamento das classes de consumo e, conseqüentemente, na composição deste indicador. Segue abaixo o índice do 1T14 e seu comportamento em relação ao ano de 2013:



No 1T14, continuamos com bom desempenho da arrecadação em decorrência da política de cobrança adotada desde 2013 com foco na atuação da dívida de menor risco de recebimento (vencidas até 180 dias), na redução do prazo de parcelamento de 24 para 9 meses (Grupo B) e de 12 para 6 meses (Grupo A), bem como no aumento do volume das operações de cobrança.

Neste período, as ações de cobrança que se destacaram foram:

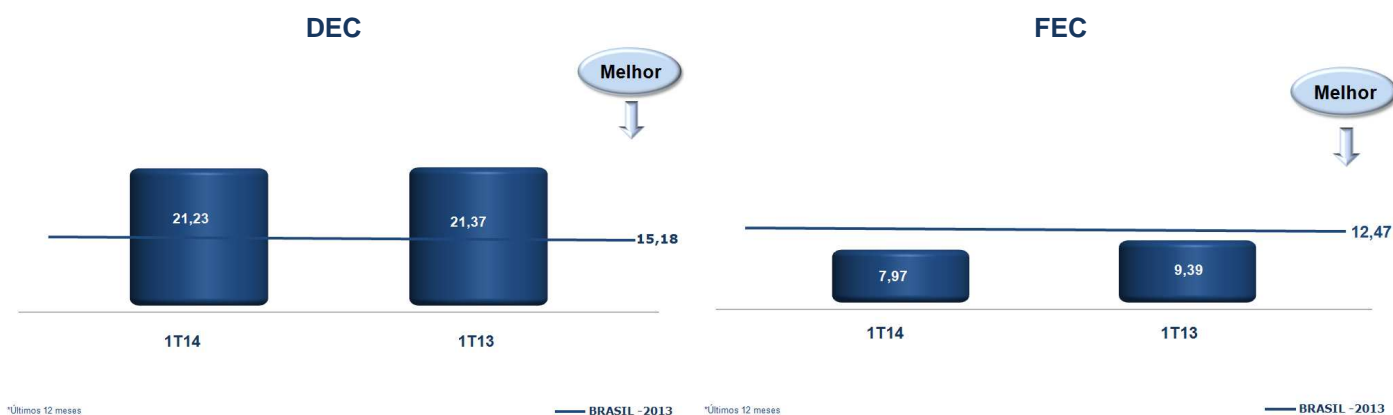
- Inclusão de 2,28 milhões de clientes no cadastro de devedores;
- Direcionados R\$ 104,08 milhões para cobrança pelas empresas de assessoria de cobrança;
- Atuação nas maiores dívidas dos clientes das classes industrial e comercial;
- Recuperação de R\$ 18,16 milhões em decorrência da atuação sobre a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) através das empresas de assessoria de cobrança.

2.9. Indicadores de Qualidade no Fornecimento

A qualidade do fornecimento de energia é verificada principalmente pelos indicadores de qualidade DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Consumidor) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Consumidor), que aferem as falhas ocorridas na rede de distribuição de energia elétrica. O cálculo desses índices considera a média móvel dos últimos 12 meses.

No 1T14 o sistema de distribuição registrou para o indicador DEC o valor igual há 21,23 horas e para o FEC o valor igual a 7,97 interrupções.

Neste trimestre, os Indicadores de Qualidades DEC e FEC evoluíram, como reflexo dos investimentos no sistema elétrico e da melhoria das práticas de manutenção.



Fontes: ANEEL - DEC e FEC Limite em 2013 - Referência Brasil.

3. INVESTIMENTOS

A Companhia vem realizando investimentos significativos tanto na área técnica quanto comercial, visando melhorar a qualidade do fornecimento de energia, atender o crescimento do mercado e garantir a satisfação de seus clientes, tendo sido investido nos três primeiros meses de 2014 o montante de R\$ 223.647mil, sendo R\$ 18.008 mil, equivalente a 8,05% com recursos de subvenções.

Os recursos aplicados nesse período foram direcionados ao combate às perdas de energia elétrica, reforço da rede de distribuição de energia elétrica, atendimento ao aumento da demanda, novas ligações, extensão de redes e novas conexões (principalmente o Programa Luz para Todos).

Os investimentos em administração se referem ao desenvolvimento de softwares, aquisição de hardwares, renovação da frota veicular, e melhorias das instalações físicas, de forma a tornar mais eficientes os processos internos, e proporcionar um maior conforto ao atendimento dos clientes e melhores condições de trabalho aos empregados.

O resultado dos investimentos pode ser evidenciado na evolução dos ativos do sistema elétrico da Companhia.

- Expansão e renovação em subestações e linhas de distribuição em média e alta tensa;
- Instalação de medidores;
- Melhoramento de rede de distribuição;
- Novas ligações.

Descrição	1T14 (R\$ mil)	
	Investimento Total	Subvenções Realizadas
Distribuição	212.904	18.008
Comercialização	159	0
Administração	10.584	0
Total	223.647	18.008

3.1. Programa Luz Para Todos

O Programa Luz para Todos – PLT foi instituído pelo Governo em 11 de novembro de 2003 destinado a propiciar, até o ano de 2008, o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural e residencial baixa renda brasileira sem acesso a esse serviço público e foi prorrogado até o ano de 2014, com a publicação do Decreto nº 7.520, de 08 de julho de 2011.

A resolução ANEEL nº 488, de 05/05/2012, estabelece as condições para revisão dos planos de universalização dos serviços de distribuição de energia elétrica na área rural para o período 2011 a 2014.

O Programa Luz para Todos tem como objetivo propiciar o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural e residencial baixa renda brasileira que ainda não tem acesso a esse serviço público. Até 2014, também serão atendidos assentamentos rurais, comunidades indígenas, quilombolas, comunidades extrativistas, escolas, postos de saúde e poços de água comunitários, pessoas atendidas pelo Programa Territórios da Cidadania, ou pelo Plano Brasil sem Miséria.

A COELBA faz hoje a gestão do maior programa de eletrificação rural do país com investimentos superiores a R\$ 3,6 bilhões e participação financeira da Companhia, do Governo Estadual e do Governo Federal.

De janeiro de 2004, quando o programa começou, até março de 2014, a distribuidora já realizou 532.033 ligações, encontra-se em execução 57.629.

PROGRAMA LUZ PARA TODOS	31/03/2014
Ligações executadas até 2009	353.209
Ligações executadas em 2010	75.637
Ligações executadas em 2011	39.888
Ligações executadas em 2012	26.726
Ligações executadas em 2013	34.766
Ligações executadas até 31 março 2014	1.807
Total de Ligações Executadas	532.033
Em execução	57.629

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

4.1. Resultado do Trimestre

Descrição	Trimestre -R\$ Mil		Variação	
	1T14	1T13	R\$ Mil	%
Receita Bruta	1.719.407	1.923.620	-204.213	-10,62%
Deduções da Receita Bruta	-447.616	-486.578	38.962	-8,01%
Receita Líquida	1.271.791	1.437.042	-165.251	-11,50%
Custos de Bens e/ou Serviços Vendidos	-984.277	-963.231	-21.046	2,18%
Resultado Bruto	287.514	473.811	-186.297	-39,32%
Outras Despesas Operacionais	-143.042	-156.225	13.183	-8,44%
Resultado do Serviço (I)	144.472	317.586	-173.114	-54,51%
Amortização / Depreciação	73.373	68.653	4.720	6,88%
EBITDA	217.845	386.239	-168.394	-43,60%
Resultado Financeiro (II)	-42.252	-43.505	1.253	-2,88%
Resultado Operacional (I) + (II)	102.220	274.081	-171.861	-62,70%
IR e CSLL	-13.374	-41.361	27.987	-67,67%
Lucro/Prejuízo antes da reversão dos JSCP	88.846	232.720	-143.874	-61,82%
Lucro do Período	88.846	232.720	-143.874	-61,82%

4.1.1. Receita Operacional Líquida

A Companhia apresentou no 1T14 uma Receita Bruta de R\$ 1.719.407 (R\$ 1.923.620 no 1T13), representando uma redução de 10,62%, e uma Receita Líquida de R\$ 1.271.791 (R\$ 1.437.042 no 1T13), representando uma redução de 11,5%.

Os fatores determinantes da variação da Receita Líquida foram:

- ✓ Revisão Tarifária Extraordinária (RTE), aplicada a partir de 24 de janeiro de 2013, em função da Lei 12.783/13, que reduziu as tarifas da COELBA e demais distribuidoras brasileiras em 20% em média.
- ✓ Terceira Revisão Tarifária Periódica (3RTP), homologada pela Resolução ANEEL nº 1.511, de 16/04/2013, aplicada a partir de 22 de abril de 2013, com redução tarifária de 6,1%, sendo 5,9% relativo à parcela econômica e 0,2% relativo aos componentes financeiros. A esse percentual foi acrescido ainda 2,0% relativo aos componentes financeiros incluídos no reajuste tarifário anterior, resultando no efeito médio percebido pelos consumidores de -7,9%.
- ✓ Esses efeitos foram compensados, parcialmente, pelo aumento de 5,3% no volume de energia vendida para o mercado cativo da Companhia (4.110 GWh no 1T14 versus 3.904 GWh no 1T13).
- Recebimento de subvenção da CDE em função da extinção da compensação de subsídios existentes nas tarifas de determinadas classes de consumidores, ocasionada pela Lei 12.783/13. O valor contabilizado referente ao recebimento desta subvenção foi de R\$ 43.319 no 1T14.
- Incremento da receita de ressarcimento de energia (R\$ 59.382 versus R\$ 9.097) para cobertura do custo adicional de distribuição decorrente do despacho de usinas termelétricas.
- Redução da receita de construção em R\$ 189.493 (-37,74%) devido à redução de investimentos comparados ao período anterior.

A ICPC 01 estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica).

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como

sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionada. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais. Dessa forma não gera nenhum efeito no EBITDA e no Lucro Líquido da Companhia.

- Redução de 3,32% (-R\$ 429.131 versus -R\$ 456.668) nos tributos ICMS/COFINS/PIS (+R\$ 27.537). Esta variação reflete a redução da base de cálculo para apuração destes tributos. O percentual destes tributos sobre a base de cálculo continua em linha com o 1T13.
- Redução de 66,21% (-R\$ 18.485 versus -R\$ 29.910) nos encargos setoriais (+R\$ 11.425). A redução mencionada se deve, principalmente, à extinção dos encargos Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis – CCC e Reserva Global de Reversão – RGR, em virtude, do Decreto 12.789/13, que passou a vigorar a partir de 24 de janeiro de 2013.

4.1.2. Custos e Despesas Operacionais

Custos e Despesas Não-Gerenciáveis	Trimestre -R\$ Mil		Variação	
	1T14	1T13	R\$ Mil	%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-596.460	-401.756	-194.704	48,46%
Encargos de Uso do Sistema de Transmissão	-55.343	-129.470	74.127	-57,25%
Taxa de Fiscalização – TFSEE	-2.432	-2.281	-151	6,62%
Sub Total	-654.235	-533.507	-120.728	22,63%
Custos e Despesas Gerenciáveis	1T14	1T13	R\$ Mil	%
Pessoal e Administradores	-74.466	-63.032	-11.434	18,14%
Material	-2.799	-4.184	1.385	-33,10%
Serviços de terceiros	-115.116	-110.275	-4.841	4,39%
Depreciação e amortização	-73.371	-68.653	-4.718	6,87%
Provisões Líquidas - PCLD	7.964	-16.808	24.772	-147,38%
Provisões Líquidas - Contingências	1.922	314	1.608	512,10%
Custo de Construção	-189.493	-304.375	114.882	-37,74%
Outros	-27.725	-18.936	-8.789	46,41%
Sub Total	-473.084	-585.949	-112.865	-19,26%
Total	-1.127.319	-1.119.456	-233.593	0,70%

Os custos e despesas operacionais no 1T14 correspondem a R\$ 1.127.319 (R\$ 1.119.456) no mesmo período de 2013, representando um crescimento de R\$ 233.593 (+0,70%).

Contribuíram para esse resultado:

- Incremento de 5,42% no volume de energia comprada (CCEARs e Bilaterais) entre o 1T14 e 1T13;
- Reajuste de preço dos contratos de compra de energia vigentes ocorridos entre os períodos (principalmente pelo índice de inflação IPCA; 75% dos contratos são CCEARs);
- Maior tarifa média (mix) de compra de energia, devido à entrada de novos contratos, especialmente de térmicas, que possuem uma tarifa mais elevada;
- Aumento do custo variável pago às térmicas despachadas dentro da ordem de mérito pelo ONS, para garantir o nível mínimo dos reservatórios nacionais;
- Maior exposição ao mercado de curto prazo, tendo em vista o cenário de descontração involuntária, ocasionado pela redistribuição das cotas em função da Lei 12.783/13 e/ou por projetos térmicos postergados ou cancelados;
- Incremento de 18,14% (-R\$ 74.466 versus -R\$ 63.032) na rubrica pessoal e administradores. O incremento de (-R\$ 11.434) se deve, basicamente, ao reajuste salarial do dissídio coletivo de 6,63% a partir de nov./13, com impacto nas rubricas de remuneração, provisão de 13º, férias e encargos; e ao aumento das despesas com plano de saúde decorrentes de reajuste por sinistralidade;

- Incremento de 6,87% (-R\$ 73.371 versus -R\$ 68.653) na rubrica de amortização. O incremento de (-R\$ 4.718) se deve, basicamente, a uma maior base de cálculo, devido aos investimentos e ativações ocorridas no período;
- Incremento de 4,39% (-R\$ 115.116 versus -R\$ 110.275) na rubrica despesa com serviços de terceiros (-R\$ 4.841), devido, principalmente ao reajuste dos serviços e ao aumento no volume de serviços realizados com inspeção, leitura do medidor, entrega de contas, manutenção de linha viva e serviços dos agentes arrecadadores/credenciados.
- Incremento de 37,74% (R\$ 189.493 versus R\$ 304.375) na despesa operacional oriunda da aplicação do ICPC 01 – IFRIC 12 (-R\$ 4 milhões).

Estes acréscimos foram parcialmente compensados pela:

- Redução das tarifas de compras de energia das concessões de geração renovadas pela Lei 12.783/13;
- Contabilização/reconhecimento das medidas do Governo Federal de auxílio às distribuidoras de energia, mediante os Decretos 8.203/14 e 8.221/14. Os itens (iv) e (v) foram parcialmente compensados pelos repasses da CDE (ou CONTA-ACR). A compensação contabilizada alcançou o montante de R\$ 105.476 no 1T14.
- Redução de 57,25% (-R\$ 55.343 versus -R\$ 129.470) na rubrica encargo de uso/encargo de serviço do sistema de transmissão – ESS (-R\$ 74.127). Esta variação decorre, basicamente, do aumento das despesas com a rede básica, tendo em vista o aumento da demanda de energia observada no 1T14 contra o 1T13 e o reajuste, pela inflação, das Receitas Anuais Permitidas (RAPs) das transmissoras em julho de 2013.
- Redução da provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD (+R\$ 7.964 versus -R\$ 16.808), em decorrência da política de cobrança adotada com foco na atuação da dívida de menor risco de recebimento, na redução do prazo de parcelamento, no aumento das inclusões em órgãos restritivos de proteção ao crédito (SPC e Serasa) e no aumento do volume das operações de cobrança através de empresas especializadas em cobrança;

4.1.3. Resultado Financeiro Líquido

Descrição	Trimestre -R\$ Mil		Variação	
	1T14	1T13	R\$ Mil	%
Renda de aplicações financeiras	11.408	4.365	7.043	161,35%
Juros, comissões e acréscimo moratório	18.847	21.418	-2.571	-12,00%
Encargos, variação cambial, monetária e swap (líquidas)	-85.919	-71.735	-14.184	19,77%
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	13.412	2.447	10.965	448,10%
Total	-42.252	-43.505	1.253	-2,88%

A Companhia apresentou um resultado financeiro líquido negativo de R\$ 42.252 no primeiro trimestre de 2014, contra um resultado financeiro líquido negativo de R\$ 43.505 no mesmo período de 2013, representando uma variação positiva de R\$ 1.253.

Contribuíram para esse resultado:

- Incremento na renda de aplicações financeiras (R\$ 11.408 versus R\$ 4.365) devido ao aumento no saldo médio de caixa ao longo do trimestre e aumento da taxa de juros (CDI) vinculada às aplicações.
- Incremento de encargos, variação cambial, monetária e swap (líquidas) em R\$ 14.184, devido principalmente a: (i) captação de novos ingressos de recursos provenientes do BNDES e FINEP; (ii) renovação de empréstimos junto ao Banco do Brasil (Notas de Crédito Comerciais); (iii) renovação de títulos externos junto aos Bancos Sumitomo, Mizuho e Bank of Tokyo, elevando as previsões de encargos dos financiamentos junto a estas fontes, cuja moeda original é o Dólar; e (iv) aumento da taxa de juros (CDI) vinculada ao endividamento.

- Incremento na receita financeira do ativo indenizável (R\$ 32.318 versus R\$ 14.140) devido ao crescimento do índice de correção - IGPM março/2014 - 1,67%, enquanto em março/2013 - 0,21%.

4.1.4.Principais Indicadores

Indicadores Econômicos	Acumulado Até		Variação %
	1T14	1T13	
Receita Operacional Bruta	1.719.407	1.923.620	-10,62%
Receita Operacional Líquida	1.271.791	1.437.042	-11,50%
EBITDA	217.845	386.238	-43,60%
Resultado do Serviço	144.472	317.586	-54,51%
Resultado Financeiro sem JSCP	-42.252	-43.505	-2,88%
Lucro Líquido	88.846	232.720	-61,82%
Margem EBITDA (%)	17,13%	26,88%	-9,75 p.p
Margem EBITDA (%) - Sem Rec. Construção (*)	20,13%	34,10%	-13,97 p.p
Margem Operacional (%)	11,36%	22,10%	-10,74 p.p
Margem Líquida (%)	6,99%	16,19%	-9,21 p.p

Indicadores Financeiros	Acumulado Até		Variação %
	mar/14	dez/13	
Ativo Total	7.915.354	7.633.256	3,70%
Dívida Bruta	3.374.209	3.427.796	-1,56%
Patrimônio Líquido	2.581.464	2.492.289	3,58%
Dívida Total Líquida	2.900.701	2.832.236	2,42%
Dívida Total Líquida /EBITDA (*)	3,49	2,84	23,19%
Dívida Total Líquida /(Dívida Total Líquida + PL)	0,53	0,53	-0,53%
Dívida de Curto Prazo Líquida/Dívida Total Líquida	0,00	0,05	-99,44%
Patrimônio Líquido/Ativo Total	0,33	0,33	-0,21%

Investimentos	1T14	1T13	Variação %
		223.647	310.995

Indicadores de Produtividade	1T14	1T13	Variação %
	Nº de Empregados	2.487	2.514
Nº de Consumidores	5.429.699	5.251.225	3,40%
Consumidores/Empregados	2.183	2.089	4,52%
Custos/Consumidores	-0,05	-0,05	-2,39%
Receita Operacional Líquida/Empregados (**)	511	572	-10,65%

(*) EBITDA análise dos últimos 12 meses
(**) ROL sem a Receita de Construção

O número de consumidores apresentou um crescimento de 3,40%, refletindo no crescimento da relação Consumidores-Empregados. O índice ROL/Empregados está influenciando negativamente pela redução da receita líquida.

Conciliação EBITDA	Trimestre		Variação %
	1T14	1T13	1T14/13
Lucro líquido	88.846	232.720	-61,82%
IR/CSSL	9.203	37.125	-75,21%
Amortização de ágio e Reversão PMIPL	4.171	4.236	-1,53%
Resultado Financeiro	42.252	43.505	-2,88%
Amortização	73.371	68.653	6,87%
EBITDA	217.845	386.239	-43,60%

5. ENDIVIDAMENTO

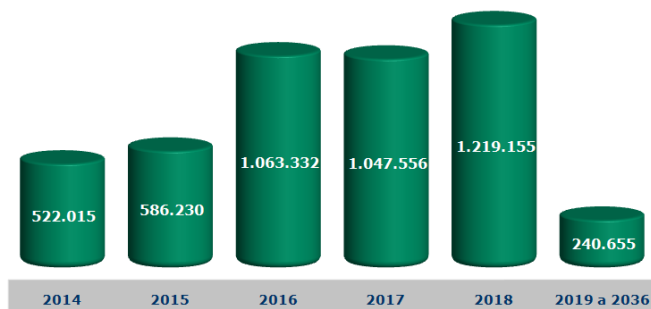
A dívida bruta da Companhia, incluindo empréstimos, financiamentos, debêntures, derivativos e encargos, passou de R\$ R\$ 3.428 mil em 31 de Dezembro de 2013 para R\$ 3.374 mil em 30 de março de 2014 equivalente a 1,56%.

A dívida líquida da Coelba (dívida bruta deduzida das disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários) encerrou em março de 2014 com R\$ 2.901 mil (R\$ 2.832 em dezembro de 2013), 2,43% maior do que a verificada no período anterior.

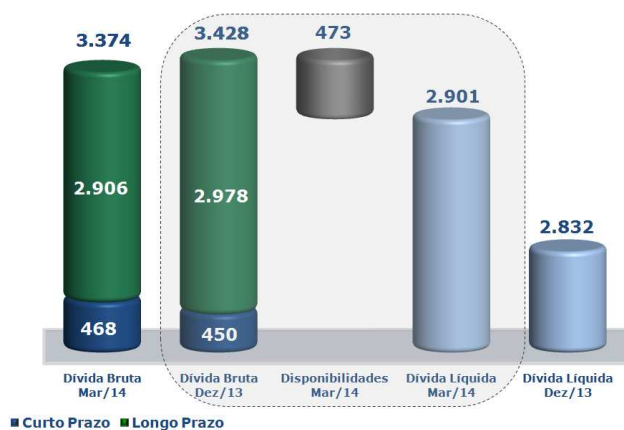
O indicador financeiro Dívida total líquida/EBITDA passou de 2,84 em dezembro de 2013 para 3,49 em 30 de março de 2014 devido à evolução de dívida líquida ter sido inferior ao crescimento do EBITDA no período.

A seguir apresentamos os gráficos referentes ao endividamento da Companhia.

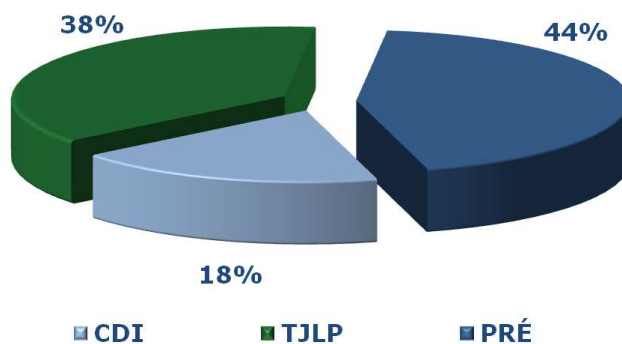
Cronograma de Vencimento da Dívida (R\$ Milhões)



Evolução da Dívida (R\$ Milhões)



Endividamento por Indexador (%)



Companhia Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA

Informações Trimestrais - ITR em

31 de março de 2014

**e relatório sobre a revisão de
informações trimestrais**

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Companhia Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Eletricidade do Estado da Bahia - COELBA, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

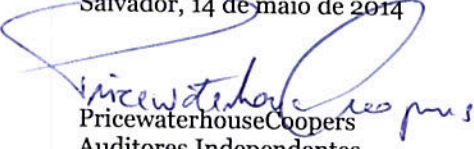
Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

**Demonstração
do valor adicionado**

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2014, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Salvador, 14 de maio de 2014



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" BA



Leandro Mauro Ardito
Contador CRC 1SP188307/O-0 "S" BA